

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

**Grazielle Araujo Barcella**

**TERRORISMO DE ESTADO:**

**Análise diplomática e tipológica de documentos repressivos – Fundo Tarso  
Dutra**

**Porto Alegre**

**2014**

**Grazielle Araujo Barcella**

**TERRORISMO DE ESTADO:**

**Análise diplomática e tipológica de documentos repressivos – Fundo Tarso  
Dutra**

Monografia realizada como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, pelo departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Jorge Eduardo Enriquez Vivar

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Ana Regina Berwanger

**Porto Alegre**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

**TERRORISMO DE ESTADO:**

**Análise diplomática e tipológica de documentos repressivos – Fundo Tarso  
Dutra**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Arquivologia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data da Aprovação: 05 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof. Me. Jorge Eduardo Enriquez Vivar (Orientador)

---

Profª. Ana Regina Berwanger (Coorientadora)

---

Me. Ananda Simões Fernandes

---

Profª. Valéria Raquel Bertotti

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus orientadores Jorge Eduardo Enríquez Vivar e Ana Regina Berwanger, meus sinceros agradecimentos pelos ensinamentos transmitidos, confiança, exemplo profissional e apoio durante essa jornada, colaborando para a edificação dos meus conhecimentos arquivísticos.

Meus especiais agradecimentos à Ananda Simões Fernandes e à Patrícia Elisiane da Rocha Coser, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) pela oportunidade da realização do meu estágio em arquivologia I no AHRs, por estimularem meus conhecimentos e pelo auxílio durante a pesquisa para o aprimoramento deste trabalho.

Agradeço à querida Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Lourdes da Silva Moro por me inserir em sua equipe no Projeto Memória Trensurb, onde realizei meu estágio em arquivologia II.

Agradeço a todos os professores que contribuíram com seus ensinamentos durante minha jornada acadêmica.

Meu eterno agradecimento à minha família, especialmente ao meu filho Pedro Barcella de Mello pela paciência da espera durante este processo.

“Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.”

## RESUMO

Apresenta a contextualização do período da ditadura civil-militar brasileira e da educação à época, uma breve biografia de Tarso Dutra assim como o histórico do Fundo Tarso Dutra. Contempla um referencial teórico da área abordando a Diplomática Clássica e a Diplomática Contemporânea no intuito de embasar a metodologia utilizada nas análises. A pesquisa é qualitativa, aplicada, adota a pesquisa documental e bibliográfica como procedimento e como método a análise de fontes documentais. Relata o resultado da pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, na documentação da subsérie Terrorismo de Estado do Fundo Tarso Dutra, onde aborda as análises diplomática e principalmente a tipológica de documentos com teor repressivo a fim de propor um modelo base de glossário de tipologias documentais remanescentes de produção documental de acervos vinculados à repressão proporcionando assim, subsídios para o auxílio na definição da estrutura de fundos documentais, servindo de base para os procedimentos de atividades de arranjo, descrição, difusão e acesso a arquivos repressivos. Apresenta os documentos repressivos e a análise das informações neles contidas. Conclui que os documentos analisados são originais e autênticos e que a elaboração do modelo base de glossário de tipos documentais proposto neste trabalho, a partir da definição das tipologias dos documentos selecionados poderá proporcionar subsídios para o auxílio na definição da estrutura de fundos documentais, servindo de base para os procedimentos de atividades de arranjo, descrição, difusão e acesso a arquivos repressivos.

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivos repressivos. Análise Diplomática. Análise Tipológica.

## RESUMEN

Presenta el contexto del período dictatorial cívico-militar brasileño y la realidad de la educación en este período histórico. Trae una breve biografía de Tarso Dutra; abogado y político brasileño así como la historia del fondo documental perteneciente a él. Busca referenciales teóricos de la Archivística en la diplomática clásica y contemporánea para basar la metodología utilizada en los análisis hechos en la investigación. La investigación es cualitativa, aplicada, adopta elementos documentales y bibliográficos como procedimiento y el análisis de fuentes documentales como método. Trae el informe del resultado de la investigación, llevada a cabo en el Archivo Histórico de Río Grande do Sul; hecha y basada en la documentación perteneciente a la sub serie Terrorismo de Estado una muestra de la totalidad de la colección de documentos bajo custodia del político Tarso Dutra. La monografía discute el análisis diplomático y tipológico de los documentos con contenido represivo con el fin de proponer un modelo estándar de glosario de tipologías documentales de colecciones pertenecientes al período de la represión. El objetivo final de la investigación será proporcionar subsidios para ayudar en la definición de la estructura de los fondos documentales del período como sugerencia. Así, proporcionar la base para los procedimientos y actividades de disposición, descripción, difusión y acceso a los archivos de la represión. Presenta los documentos represivos y el análisis de la información contenida en ellos. Concluye que los documentos revisados son originales y auténticos, y que el desarrollo del modelo de base del glosario de tipos de documentos que se propone en este trabajo, a partir de la definición de los tipos documentales seleccionados, proporcionará elementos para ayudar en la definición de la estructura de las colecciones de documentos y la base para procedimientos y actividades de ordenación, descripción, distribución y acceso a los archivos represivos.

Palabras clave: Archivística, Archivos represivos, análisis diplomático, análisis tipológico.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Análise Diplomática Espécie Documental nº1: Ofício.....	38
Figura 2 – Análise Diplomática Espécie Documental nº2: Prontuário.....	39
Figura 3 – Análise Diplomática Espécie Documental nº3: Relação.....	40
Figura 4 – Análise Diplomática Espécie Documental nº4: Aviso.....	41
Figura 5 – Análise Diplomática Espécie Documental nº5: Solicitação.....	42
Figura 6 – Análise Diplomática Espécie Documental nº6: Pedido.....	43
Figura 7 – Análise Diplomática Espécie Documental nº7: Boletim.....	44
Figura 8 – Análise Diplomática Espécie Documental nº8: Ficha.....	45
Figura 9 – Análise Diplomática Espécie Documental nº9: Informação.....	46
Figura 10 - Tipo Documental nº1.....	49
Figura 11 - Tipo Documental nº2.....	51
Figura 12 - Tipo Documental nº3.....	53
Figura 13 - Tipo Documental nº4.....	55
Figura 14 - Tipo Documental nº5.....	57
Figura 15 - Tipo Documental nº6.....	59
Figura 16 - Tipo Documental nº7.....	61
Figura 17 - Tipo Documental nº8.....	63
Figura 18 - Tipo Documental nº9.....	65

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ficha de Identificação: Parecer Funcional.....	50
Quadro 2 – Ficha de Identificação: Prontuário de Inteligência.....	52
Quadro 3 – Ficha de Identificação: Relação Nominal.....	54
Quadro 4 – Ficha de Identificação: Aviso Reservado.....	56
Quadro 5 – Ficha de Identificação: Solicitação de Informação.....	58
Quadro 6 – Ficha de Identificação: Pedido de Busca.....	60
Quadro 7 – Ficha de Identificação: Boletim Informativo.....	62
Quadro 8 – Ficha de Identificação: Ficha-Conceito.....	64
Quadro 9 – Ficha de Identificação: Informe de Inteligência.....	66
Quadro 10 – Modelo base de glossário de tipologias específicas de documentos repressivos.....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS

AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AI-1 – Ato Institucional nº1

AI-2 – Ato Institucional nº2

AI-5 – Ato Institucional nº5

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASI – Assessoria de Segurança e Informação

CSI – Comunidade de Segurança e Informação

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DSI – Divisão de Segurança e Informação

EUA – Estados Unidos da América

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação e Cultura

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PDS – Partido Democrata Social

RS – Rio Grande do Sul

SNI- Serviço Nacional de Informação

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID - United States Agency for International Development

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
2 O GOLPE CIVIL-MILITAR BRASILEIRO.....	15
2.1 A Educação Brasileira na Ditadura civil-militar .....	18
2.2 O Fundo Documental Tarso Dutra .....	22
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
3.1 A Arquivologia e a Diplomática.....	28
3.2 Diplomática e Tipologia Documental .....	30
4 ANÁLISE DIPLOMÁTICA E TIPOLOGICA DOS DOCUMENTOS REPRESSIVOS .....	33
4.1 As Etapas da Pesquisa e a Metodologia .....	33
4.2 A Análise Diplomática .....	34
4.3 A Análise Tipológica.....	45
4.3.1 Tipo Documental nº1 .....	47
4.3.2 Tipo Documental nº2.....	49
4.3.3 Tipo Documental nº3.....	51
4.3.4 Tipo Documental nº4 .....	53
4.3.5 Tipo Documental nº5 .....	55
4.3.6 Tipo Documental nº6 .....	57
4.3.7 Tipo Documental nº7 .....	59
4.3.8 Tipo Documental nº8.....	61
4.3.9 Tipo Documental nº9.....	63
4.4 Modelo base de glossário de tipologias específicas de documentos repressivos .....	65
5 CONCLUSÃO .....	66
REFERÊNCIAS .....	69
ANEXO A – Quadro de Arranjo do Fundo Tarso Dutra .....	72

## 1 INTRODUÇÃO

Período ainda recente, a Ditadura Civil-Militar no Brasil iniciou em 1964 quando um golpe militar foi deflagrado contra o governo João Goulart e se prolongou até o ano de 1985.

O regime militar endureceu a tal ponto o governo que atividades de tortura e censura se tornaram frequentes. Foram anos sombrios marcando a história do Brasil como um período de atos autoritários, causador de consequências cruéis que ainda hoje são lembradas com pesar.

Paulo de Tarso de Moraes Dutra, político gaúcho, atuou como Ministro da Educação e Cultura entre 1967 e 1969, durante o governo Artur da Costa e Silva. Foi um período bastante conturbado, onde os estudantes padeceram sob a repressão ao movimento estudantil e sentiram a perda de suas representações estaduais e nacional. Tarso Dutra participou da comissão que redigiu o Ato Institucional nº 5 (AI-5) no final do ano de 1968, ato este que radicalizou a ditadura.

O acervo do Arquivo Particular Tarso Dutra foi encontrado, em 2004, em um sítio da família de Tarso Dutra. Por meio da Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos foi constituída uma comissão para determinar a quem era devida a responsabilidade sobre os documentos.

Por fim, o acervo está sob custódia do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), que faz parte do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e tem como função primordial a guarda e a conservação da documentação histórica de origem pública do Estado. O AHRs tem como um dos objetivos principais o de dar acesso às informações contidas nos documentos ali custodiados, e nesse sentido é que foi desenvolvido o Projeto de organização do Arquivo Particular Tarso Dutra.

Atualmente, esse fundo documental está sendo submetido às atividades de arranjo e descrição arquivística pela Técnica em Assuntos Culturais do AHRs Ananda Simões Fernandes e por alunos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação do Prof. Jorge Eduardo Enriquez Vivar.

Os arquivos são instrumentos que devem garantir a condução transparente de negócios na esfera da administração, proteger a memória e os direitos dos cidadãos e nos auxiliar na compreensão do decurso natural do tempo social. O papel dos documentos é mais do que apenas registrar informações, eles também nos mostram as relações sociais e políticas de uma época.

Ao fazer o levantamento documental, notou-se a falta de uma definição sobre as espécies e tipos documentais que são encontrados com regularidade em arquivos repressivos.

Existe uma lacuna na literatura arquivística e produção de conhecimento da área a respeito das espécies e tipos documentais remanescentes de produção documental de acervos vinculados à repressão.

A falta dessa definição dificulta a organização, isto é, a classificação e ordenação dos documentos, que servem de subsídio para a elaboração do quadro de arranjo e posterior descrição dos documentos, que de acordo com Schellenberg, (1961, p. 1) “é uma tarefa especial que engloba as diversas e variadas atividades do arquivista para elaborar os instrumentos que facilitam o acesso aos fundos documentais de forma geral e aos documentos em particular”.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo, a identificação, estudo e análise (fundamentada na diplomática clássica e contemporânea) das espécies e tipos documentais encontrados na subsérie Terrorismo de Estado do Fundo Tarso Dutra, e que potencialmente serão encontrados em outros acervos com documentação de teor repressivo, assim como propor a elaboração de um modelo base de glossário de tipologias documentais remanescentes de produção documental de acervos vinculados à repressão, neste caso a fonte será a subsérie antes referida, proporcionando assim, subsídios para as atividades de arranjo, descrição, difusão e acesso a arquivos repressivos.

Para isso, apresentamos uma breve contextualização sobre o golpe civil-militar brasileiro de 1964, as mudanças no cenário educacional brasileiro durante ditadura civil-militar, a atuação política de Tarso de Moraes Dutra no período, abordamos sobre o Fundo Tarso Dutra e sua importância como base necessária para a elaboração deste trabalho, assim como fonte de pesquisa.

Apresentamos também o referencial teórico arquivístico a fim de embasar a relevância da pesquisa, abordamos os princípios da arquivologia assim como a

diferenciação entre a diplomática clássica e a contemporânea onde a primeira identifica a autenticidade do documento e a outra analisa a estrutura formal do documento. Ambas análises são necessárias para a organização arquivística pois também auxiliam na estruturação do fundo documental, construção do quadro de arranjo e descrição dos documentos.

O trabalho ainda apresenta a metodologia, onde utilizou-se de pesquisa qualitativa, aplicada e descritiva elaborada através das análises diplomática e tipológica de documentos repressivos distintos entre si e pertencentes à subsérie Terrorismo de Estado do Fundo Tarso Dutra.

Diante do estudo, evidencia a contribuição das análises diplomática e tipológica sendo essa última o ponto de partida para a elaboração do modelo base de glossário de tipologias documentais específico para acervos vinculados à repressão, a fim de criar subsídios para o auxílio na definição da estrutura de fundos documentais, servindo de base para os procedimentos de atividades de arranjo, descrição, difusão e acesso a arquivos repressivos.

## 2 O GOLPE CIVIL-MILITAR BRASILEIRO

Para um melhor entendimento, abordaremos um pouco o contexto histórico em que se insere o presente trabalho: A Ditadura civil-militar Brasileira.

Para que se possa entender esse contexto da Ditadura civil-militar se fará necessária uma breve retrospectiva dos acontecimentos que antecederam e acabaram por desencadear o golpe militar de 64.

Os movimentos liberais, progressistas e esquerdistas da década de 60 buscavam a aprovação das reformas de base – agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral. O projeto, apresentado em comício no dia 13 de março de 1964 pelo presidente João Goulart, trazia mudanças no âmbito político-social, como o direito de voto aos analfabetos e soldados, assim como a elegibilidade para todos os eleitores. O estilo “populista”<sup>1</sup> de João Goulart, não agradava aos grupos conservadores, tão pouco aos militares.

O golpe estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos. (TOLEDO, 2004, p.18)

De outro lado, estava a classe média e os setores mais conservadores da elite brasileira que se mostravam contrários às reformas de base por considerá-las um caminho de encontro ao “temido Comunismo”. Foi nesse cenário, diante da crise econômica no período, e após o comício do presidente João Goulart, que a Igreja Católica organizou manifestações que ficaram conhecidas como Marchas da Família com Deus pela Liberdade, tais manifestações traziam um discurso anticomunista, mobilizando milhares de pessoas nas principais capitais do país no intuito de destituir João Goulart da presidência.

---

<sup>1</sup> Entre os anos de 1945 a 1964 o Brasil passou por um curto período de democracia liberal que ficou conhecido por República Populista. Nesse contexto, João Goulart elaborou um plano de governo onde o desenvolvimento econômico, o combate à inflação e a diminuição do déficit público estavam inseridos. Também defendeu a realização de reformas públicas onde haveria uma melhor distribuição de renda através do que ficou conhecido como Reformas de Base. Tais reformas favoreciam o povo e desprestigiava a classe média, os grandes empresários e a alta elite brasileira.

Sendo assim, estes e outros fatores como a alta inflação no período e as ocorrências de greves e manifestações políticas e sociais devido à instabilidade política do governo de João Belchior Marques Goulart, acabaram por oportunizar o golpe militar.

Diante de uma série de eventos<sup>2</sup> ocorridos em 31 de março de 1964, no dia seguinte o Brasil sofreu um golpe civil militar que pôs fim ao governo do então presidente João Goulart.

Foi em 31 de março de 1964; tropas militares de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas do país e tomaram o controle do Estado em nome de um entendimento de democracia, liberdade, segurança e desenvolvimento nacional. O movimento marcou o (re) início de um regime ditatorial no país, que então, duraria vinte e um anos, e se caracterizaria, entre outras coisas, por um revezamento dos militares no poder central da sociedade brasileira; portanto, um poder hegemônico de classe, que acabou registrado e conhecido historicamente como uma Ditadura civil-militar (ROSA, 2006, p.33).

A saída de João Goulart da presidência marcou o fim de um período disposto a ser democrático e o início de muitos anos de regime ditatorial no Brasil.

O dia 1º de abril de 1964 está marcado em nossa história como o primeiro de muitos dias nebulosos que se seguiriam, até que esse período autoritário findasse, 21 anos depois.

Após a derrubada do presidente João Goulart, o general Artur da Costa e Silva organizou o chamado “Comando Supremo da Revolução”, composto pelo tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, o vice-almirante Augusto Rademaker e claro, ele próprio.

Logo ao tomarem o poder do país, esses três militares assinaram o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que naquele momento ainda não era numerado, mas diante da continuidade dos Atos Institucionais, tornou-se necessário numerá-los. Em seus onze artigos, o AI-1 autorizava o governo a modificar a constituição, suspender direitos políticos por 10 anos, afastar, demitir ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que fosse contra a “segurança nacional”. Tais suspensões, cassações e exonerações também tinham a finalidade de retirar do cenário político figuras que poderiam desestabilizar o golpe.

---

<sup>2</sup> Movimentação de tropas comandadas pelo General Olímpio Mourão Filho.

Ao desordenar o cenário político brasileiro através do AI-1, retirando de seus postos grandes políticos de esquerda ou defensores da democracia, os militares ampliavam sua ação, legitimando a força do regime autoritário que estavam dispostos a impor a toda nação brasileira.

O que sucedeu a deposição de Goulart foi, em vários sentidos, uma falsa aurora para a sociedade brasileira. A elite assumiu posições-chave no comando político-administrativo do país e os militares trataram de reorganizar a nação depois de toda desestruturação estabelecida intencionalmente para ascender ao poder. Assim, as Forças Armadas passaram a executar um programa de governo pautado no que se chamavam de ordem, desenvolvimento e segurança nacional; contexto no qual, os meios repressivos e impositivos foram medidas imediatas para sustentação do novo regime e para o alcance dos objetivos 'propostos' a nação (ROSA, 2006, p.36).

Através de eleições indiretas, em 15 de abril de 1964, o Congresso Nacional elege como presidente da república o general Humberto de Alencar Castelo Branco, sendo ele, um dos principais articuladores do golpe.

Por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2) o presidente Castelo Branco instituiu o bipartidarismo, onde só foi autorizado o funcionamento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) representando a oposição e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representando o regime, eliminando dessa forma os outros partidos existentes no Brasil.

A ARENA foi fundada no dia 4 de abril de 1966<sup>3</sup>, com o intuito de dar sustentação política ao governo instituído a partir do golpe civil-militar de 1964. O partido era em sua maioria conservador e seus membros e eleitores eram chamados de arenistas.

O discurso da ARENA valorizava o desenvolvimento econômico, referenciando as obras promovidas pelo governo militar. Em 20 de dezembro de 1979 o sistema bipartidarista foi extinto no Brasil, devolvendo o pluripartidarismo ao país e admitindo a criação de várias legendas que tiveram origem nos partidos existentes até então. A ARENA modificou seu nome para Partido Democrático Social (PDS).

Como em toda ditadura, a do Brasil também foi marcada pela imposição dos interesses de uma minoria sobre toda a sociedade.

---

<sup>3</sup> [http://www.tse.jus.br/hotSites/registro\\_partidario/arena/arquivos/peticao\\_inicial\\_definitivo.pdf](http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/arena/arquivos/peticao_inicial_definitivo.pdf)

O fator repressivo foi constante durante a administração militar. Práticas como a intimidação e até mesmo coação da população, o desrespeito aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos através de prisões arbitrárias, perseguição política a pessoas consideradas subversivas, torturas, desaparecimento de pessoas, repressão aos que eram contrários ao regime, assassinatos, assim como censuras morais e culturais são caracterizadas como Terrorismo de Estado. Atitudes que infelizmente passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade brasileira: cerceamento dos Direitos, Repressão, Agressão e Imposição.

[...]experiências traumáticas como a tortura, o seqüestro, os expurgos, os fuzilamentos simulados, os desaparecimentos, as prisões, o exílio, o *insílio*, o *desexílio*, as detenções clandestinas, o “botim de guerra”, as execuções e outras modalidades de violência repressiva estatal, todas elas políticas de terrorismo de Estado encontradas, de forma geral, nos regimes de Segurança Nacional (PADRÓS, 2009).

Em 1967, o general Arthur da Costa e Silva assume a presidência em um momento onde se proliferavam protestos e manifestações contra o regime.

No ano seguinte, a situação política agravou-se. Costa e Silva convocou então o Conselho de Segurança Nacional e, no dia 13 de dezembro de 1968, editou o AI-5, ato este, que lhe daria poderes para fechar o Parlamento, cassar políticos e institucionalizar a repressão. Em seu governo, nomeou para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a fim de que se realizasse a reforma educativa, Paulo de Tarso de Moraes Dutra, figura da política nacional e filiada à ARENA, de onde provém o fundo a ser analisado neste trabalho.

## **2.1 A Educação Brasileira na Ditadura civil-militar**

O presidente João Goulart foi o responsável pela promulgação em 20 de dezembro de 1964, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Após sua deposição pelo golpe civil-militar, a política educacional foi determinada pelo regime militar que se instalou no Brasil, a partir do ano de 1964.

O regime militar interferiu, e muito, na educação brasileira durante os anos de sua vigência. A ditadura civil-militar – que se dispunha a controlar todos os segmentos da sociedade – não deixou de fora o sistema educacional, que sofreu várias alterações para se adaptar aos interesses dos militares no poder.

Através de intervenções feitas no sistema educacional, algumas disciplinas que já constavam no currículo foram priorizadas em contraponto a outras que claramente foram desprestigiadas, como Filosofia e História.

A manipulação do governo na proposta educacional visava minimizar a possibilidade de ações estudantis, pois via nessas disciplinas algum potencial que fosse contrário ao ideal do regime. Em contraponto, houve disciplinas criadas pelo regime, como a Educação Moral e Cívica, de caráter obrigatório e com o intuito de difundir a ideologia governamental ao mesmo passo que reforçava princípios e valores da revolução de 64.

Em um momento pós-golpe militar, a partir da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 (Lei Suplicy de Lacerda) a União Nacional dos Estudantes (UNE), foi colocada na ilegalidade.

Para os estudantes universitários e secundaristas, o período foi marcado pela repressão ao movimento estudantil, pela perda de suas representações - estadual e nacional – pela frase utilizada pelo regime militar como lema: “Estudante não deve fazer política, mas sim estudar.”

Neste período foi comum a invasão das Universidades Federais pelas tropas militares com o intuito de reprimir o movimento estudantil.

Em 1964, um organismo do governo dos Estados Unidos da América (EUA), a United States Agency for International Development (USAID<sup>4</sup>), passa a dar assessoria ao regime militar, principalmente na área da Educação. Os acordos MEC/USAID<sup>5</sup> foram assinados e executados entre os anos de 1964 e 1968. O planejamento do ensino brasileiro – primário, médio e superior – foi entregue aos EUA nos governos Castelo Branco e Costa e Silva. Não podemos deixar de citar que desde a instauração do governo cívico militar em 64, um grande contingente de “especialistas americanos” ingressaram no país sob o respaldo dos governos antes citados.

Em 1967, para cada ministério foi instituída uma Divisão de Segurança e Informação (DSI). As DSI's eram órgãos complementares do Sistema Nacional de

---

<sup>4</sup> A USAID, em livre tradução “Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional”, é um órgão do governo dos EUA que tinha por objetivo assessorar países subdesenvolvidos.

<sup>5</sup> Tratava-se de planos de assistência técnica estrangeira para o aperfeiçoamento do ensino e os recursos eram para o financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil, treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, e fornecimento de equipamentos militares.

Informações (SNI) e utilizaram a estrutura pré-existente das seções do Conselho de Segurança Nacional (CSN).

A DSI produzia informes sobre qualquer assunto que fosse de interesse do Regime Militar, respondendo tecnicamente ao CSN e ao SNI. A DSI-MEC colhia informações sobre cidadãos em suas subdivisões nas Universidades, a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) as enviava para os órgãos de repressão do regime formando assim, um enorme acervo sobre a vida funcional dos servidores públicos da época.

Quando Costa e Silva assume a presidência em 15 de março de 1967, o MEC passa a ser ocupado por Paulo de Tarso de Moraes Dutra e interinamente por Favorino Bastos Mércio.

Paulo de Tarso de Moraes Dutra, mais conhecido como Tarso Dutra, político gaúcho, nascido na capital, após ser eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul (RS) no ano de 1946, foi eleito deputado federal em 1950 sendo reeleito em 1954, 1958, 1962 e 1966.

Como Ministro da Educação e Cultura, atuou entre 1967 e 1969, durante o governo Artur da Costa e Silva.

Ainda em 1969, Tarso Dutra volta ao cargo de deputado federal e permanece até 1971, quando assume a cadeira de senador. Eleito senador biônico<sup>6</sup> em 1978, exerceu o mandato até sua morte em 1983.

O período em que Tarso foi Ministro da Educação e Cultura foi bastante conturbado. O ano de 1967 foi marcado por: conflitos entre os estudantes e o regime; a modificação das universidades em fundações; acordos assinados com agências norte-americanas para a implementação de projetos educacionais que nada agradavam aos estudantes; o Projeto Rondon que tinha por objetivo prestar assistência social às populações carentes e era integrado por estudantes universitários, sob a supervisão de militares e cujo lema era “integrar para não entregar”, expressando o ideal da doutrina de segurança nacional; Comissão Meira

---

<sup>6</sup> O senador biônico era um parlamentar eleito indiretamente, por um Colégio Eleitoral, em conformidade com a Emenda Constitucional nº8, de 14 de abril de 1977, tal Emenda estendeu o mandato presidencial de cinco para seis anos, aumentou a bancada federal nos estados menos populosos do país assegurando a maioria governista e mantendo as eleições indiretas para governador. O apelido “biônico” surgiu a partir de uma série de TV da época chamada “O Homem de Seis Milhões de Dólares” onde o personagem principal foi salvo de um acidente graças a implantes cibernéticos e como agradecimento passou a trabalhar para o governo americano usando sua capacidade especial. No contexto político ditatorial brasileiro, o apelido serviu para caracterizar o político que ascendeu ao poder sem o desgaste de uma campanha eleitoral.

Mattos, cuja finalidade era analisar a crise estudantil e sugerir mudanças no sistema de ensino; acordos MEC/USAID de assessoria para a modernização da universidade brasileira, que passa a se chamar assessoria do planejamento do ensino superior, para orientação vocacional e treinamento de técnicos rurais e para tratar da reforma do ensino médio; a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cujo objetivo era erradicar o analfabetismo; criação do Decreto-Lei 252 que tem por objetivo a reestruturação das Universidades Federais, assim como subdividir as unidades universitárias em departamentos.

No segundo ano de mandato de Tarso Dutra, acirraram-se os conflitos entre os estudantes e o regime militar. O restaurante universitário carioca Calabouço é então invadido e o estudante Edson Luiz Souto é assassinado por soldado da Polícia Militar, fato que ocasionou protestos e manifestações estudantis pelo país.

A oposição ao regime cresce no país. Universidades são invadidas por militares; cerca de 900 estudantes, que participavam do XXX Congresso da UNE, são presos. Um anteprojeto de Reforma Universitária é elaborado e a intenção do governo é associar a mudança pedagógica e estrutural à possibilidade de desarticular a reação estudantil; são elaborados critérios para a expansão do ensino superior.

A UNE organizou em junho de 1968 na cidade do Rio de Janeiro, a “passeata dos cem mil”. Um protesto contra as arbitrariedades do regime e pelo fim da ditadura, com a participação do povo, intelectuais, artistas, políticos e estudantes.

É importante lembrar que Tarso Dutra participou da Comissão que redigiu em dezembro de 1968 o AI-5.

No ano de 1969, como consequência da edição do AI-5, que perdurou até 1978, vários professores universitários foram compulsoriamente aposentados.

A contextualização histórica explorada até aqui, neste capítulo, se fez necessária para o entendimento da época em que os documentos pertencentes ao Fundo Tarso Dutra, e que são fonte de estudo no presente trabalho, foram produzidos.

Para a contextualização, foram utilizadas fontes bibliográficas, mas o que mais enriqueceu a experiência foi localizar no acervo, durante a pesquisa, a documentação que corrobora a história.

## 2.2 O Fundo Documental Tarso Dutra

O acervo documental percorreu um longo caminho até o início do trabalho arquivístico. Em 2004, após um arrombamento do sítio pertencente aos herdeiros de Tarso Dutra, na cidade de Eldorado do Sul/RS, foram desvelados documentos que teriam sido enviados, em caixas, por assessores de Brasília, para a família, após o falecimento de Tarso Dutra. A ação dos vândalos no sítio e o material revelado foram amplamente divulgados pelo periódico Zero Hora, em 16 de dezembro de 2004.

Em função do conteúdo de tais documentos serem de interesse para a Defesa dos Direitos Humanos, foi solicitado a intervenção do Ministério Público. Parte dos documentos existentes revelavam os procedimentos de espionagem e inteligência do antigo SNI e da DSI, contra professores e estudantes, bem como relatos sobre congressos da UNE, lista com nomes de pessoas que podiam assumir ou não cargos públicos, levando em consideração seus posicionamentos políticos, ou de pessoas que deveriam ser aposentadas compulsoriamente.

Através da Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos foi estabelecida uma Comissão para definir de quem era a responsabilidade sobre tais documentos. A família não se pronunciou e o acervo foi trasladado para o AHRS, sendo instaurada uma Comissão Curadora do Acervo, formada por profissionais de diversas instituições, que ficou responsável por fazer a limpeza, organização e descrição dos documentos.

Feito esse trabalho, o Acervo do Fundo Tarso Dutra passou então a compor o Acervo da Luta Contra a Ditadura, que contém diversos fundos documentais no AHRS.

O trabalho foi interrompido, um tempo depois, pois a família do ex-ministro entrou com uma ação para impedir a disponibilização do acervo ao público. O processo se arrastou. Em 2011, a notícia de que a família havia perdido em última instância possibilitou a retomada da documentação, pela Curadoria, que já havia realizado a higienização, e separado cronologicamente o material.

A essa documentação, denominou-se Fundo Tarso Dutra. Os documentos do fundo citado são de uma mesma proveniência, não recebendo acréscimos documentais, constituindo, portanto, um fundo fechado.

A estruturação de um fundo de arquivo se dá através da contextualização desse acervo. Neste caso em particular a biografia de Tarso Dutra, sua trajetória política, seu período de atuação como Ministro da Educação e Cultura, a ditadura civil-militar brasileira e os arquivos repressivos.

No ano de 2012 firmou-se um Termo de Cooperação Técnica entre o AHRS e a UFRGS a fim de desenvolver atividades acadêmicas através de duas disciplinas integrantes do currículo do curso de Arquivologia cujo foco são arquivos permanentes: Arranjo em Arquivos e Descrição Arquivística.

As atividades desenvolvidas no referido convênio são teórico-práticas objetivando a organização e descrição dos documentos contribuindo para a difusão da informação. Tais atividades estão sob a orientação do Professor Jorge Eduardo Enriquez Vivar do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

O Fundo Tarso Dutra até o momento está composto por 7 séries (ANEXO A). Entre os documentos que compõem o acervo estão anotações, fotos, publicações, recortes de jornal e documentos oficiais, entre os quais, secretos e sigilosos, que revelam os procedimentos de espionagem e inteligência do SNI, contra professores e estudantes.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Arquivo Histórico é a Instituição que concentra sob sua custódia, documentos produzidos por Instituição pública ou privada, e que são conservados, entre outros motivos, para servir como fonte de estudo, pesquisa e preservação da memória.

... o conceito de arquivo não está voltado para o passado, contrariamente ao que temos tendência a pensar. A memória é questão do futuro e, quanto ao arquivo, é sempre o futuro anterior que, em alguma medida, decide seu sentido e sua existência. (DERRIDA apud GOULART, 2002, p. 5).

Além de atender aos interesses do órgão produtor, os documentos são fontes especiais para a reconstrução do passado. Para Bernardes e Delatorre (2008, p. 7), “Aliado ao direito da informação está o direito à memória”.

Segundo Bellotto (2006 p. 256), os arquivos privados pessoais tratam de “papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc.” Estes documentos possuem uma relação orgânica em seu processo de acumulação.

Existem algumas razões para pessoas que exercem cargos públicos guardarem documentos oficiais consigo, desde a ausência de uma cultura arquivística em nosso país, até a salvaguarda, em casa, de papéis que os comprometem.

Na avaliação de Luciana Quillet Heymann (1997 p.64), “os limites que separam os documentos públicos daqueles de caráter privado, em se tratando de titulares que atuaram como homens públicos, é bastante tênue e objeto de constantes reflexões”. Não é raro encontrarmos documentos que deveriam integrar fundos de arquivos públicos, em poder de agentes que ocuparam cargos públicos, em uma determinada época, passando, posteriormente, a integrar seus arquivos pessoais. E concorre, sobremaneira, para que isto aconteça, esta cultura que mistura e confunde o público e o privado.

Anteriormente à abertura dos arquivos da repressão no Brasil, em 1991, a busca sobre a história do período ditatorial brasileiro era feita basicamente através de relatos de memória das vítimas da ditadura. Catela (2002, p. 56) esclarece que

*“La apertura de los archivos de la repressión en Brasil, modificó sin duda las formas y estrategias para escribir, hablar, denunciar o investigar sobre estas problemáticas”.*

A Lei 12.527, de 18 de Novembro de 2011, contempla em seu Capítulo IV, Parágrafo único que “As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso”.

Na subsérie Terrorismo de Estado, entre outros, estão documentos do SNI, da DSI-MEC e da Comunidade de Segurança e Informação (CSI).

[...] havia grande troca de papéis entre os diversos órgãos de segurança e de informação: as DSI dos diversos ministérios, o CIE (Centro de Informações do Exército), o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), o SNI (Serviço Nacional de Informações), a CGI (Comissão Geral de Informações), as segundas seções das unidades militares, as delegacias de ordem política e social (DOPS) vinculadas às secretarias estaduais de segurança etc. (FICO, 2001, p. 27)

Segundo Bellotto (2006, p. 127), “É indispensável que a ordenação de arquivos permanentes se faça por fundos. [...] Aliás, a agregação em fundos é perfeitamente compreensível em arquivos permanentes, onde o documento sozinho não tem sentido, valendo, isto sim, o conjunto”.

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim (BELLOTTO, 2006, p. 128).

A partir do recolhimento dos documentos ao arquivo permanente é iniciado o processo de organização do fundo de arquivo, que é a base teórica e metodológica para o arranjo em arquivos permanentes.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 37), arranjo é a “Seqüência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”.

Assim, arranjo é o processo de ordenação dos conjuntos documentais remanescentes do processo de avaliação e eliminação dos documentos,

obedecendo à organicidade dos mesmos e, portanto, ao princípio da proveniência. Já o quadro de arranjo é a representação gráfica da estruturação e classificação multinível, que é resultado do trabalho intelectual dos arquivistas.

Parte do sucesso da atividade de arranjo está na identificação, estudo e análise das espécies e tipos documentais existentes no fundo de arquivo. A tipologia documental é o estudo que tem como objeto o tipo documental que é a configuração assumida pela espécie documental imbuída da atividade que a gerou.

*La tipología documental no suele ser algo expreso, como la data, el autor o el destinatario. Es un elemento a consignar dentro de los datos internos. La especificación de la tipología es el resultado de un estudio a fondo del documento, de su génesis, de su tramitación, incluso de su formato [...] que nos lleva de la mano a su contenido sólo con su denominación, por cuanto la disposición de todos estos considerandos son el testimonio de una actividad específica que facilita una información determinada (HERÉDIA HERRERA, 1991, p. 365).*

A principal função do arquivo é facilitar o acesso aos documentos e isso se dá através dos instrumentos de pesquisa, que para serem elaborados exigem prévia classificação e ordenação da documentação. Bellotto (2006, p. 180) esclarece que “O processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados” facilitando assim, o acesso a esses documentos.

Além das leis, outro aspecto que garante o acesso aos documentos são os instrumentos de pesquisa. Sabemos que determinar quais registros possuem valor duradouro pode ser um desafio. A Descrição Arquivística visa representar informações contidas em documentos e/ou fundos de arquivo, gerando instrumentos de pesquisa, ajudando a situar o pesquisador/usuário de acordo com o contexto ao qual busca, garantindo a compreensão mais aprofundada do acervo. Empregada na terceira idade (arquivo permanente), a descrição arquivística acontece em todos os momentos do tratamento documental. Inicia no processo de organização e se aprofunda nos instrumentos de busca.

A documentação, que está sendo preparada para a disponibilização e acesso ao público revela possíveis vertentes/abordagens de pesquisa.

Uma ligada às pessoas que tiveram suas vidas investigadas pela DSI e pelo SNI, ou mesmo que foram impedidas de assumir cargos públicos, que foram

compulsoriamente aposentadas, que foram exiladas, sequestradas, por conta de seus posicionamentos políticos, tratando da questão de direitos humanos.

Outra ligada ao período histórico e aos aspectos político, sociológico e antropológico da questão educacional brasileira durante o regime militar. E a questão do resgate da história tanto da repressão quanto da resistência.

Quanto aos arquivos da repressão, estes podem conter duas categorias de documentos. De um lado, o conjunto de objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal, como documentos, livros, fotos, objetos, atas de reunião, fichários de associados, panfletos e outros materiais. Do outro lado, estão os documentos repressivos propriamente ditos, ou seja, aqueles produzidos pelas forças de segurança durante as ações repressivas (batidas policiais, seqüestros, interrogatórios, torturas, etc.): dossiês, fichas, pastas, pedidos de informação ou de busca, confissões, ordens de serviço, etc. Trata-se da documentação produzida pelas cadeias de comando das forças de segurança mediante trabalho metuculoso e burocrático de levantamento, de extração de informação e de checagem da mesma; às vezes, dependendo de como foi obtida essa informação ou da qualidade da fonte, pode estar carregada de falsidade. (PADRÓS, 2009 p.40).

Através desses arquivos repressivos que vão surgindo, somando-os aos relatos de memória que já se tem, que vamos aos poucos (re)construindo uma história mais completa do período da ditadura civil-militar brasileira e a disponibilização do acervo de Tarso Dutra, a nosso ver, contribuirá para a (re)construção memorial dessa história

Portanto, em nossa análise, tal acervo é de extrema relevância para o estudo do período da ditadura civil-militar no Brasil, de forma que sua disponibilização contribua para estudos deste período, para a formação cultural de estudantes, professores e sociedade em geral, que não viveram à época, bem como o acesso ao mesmo promove o resgate da cidadania das gerações que vivenciaram o período da ditadura civil-militar.

Nesse sentido, acreditamos que a subsérie trabalhada é rica em espécies e tipos documentais específicos sobre o período ditatorial brasileiro o que nos possibilita realizar um estudo diplomático e tipológico dos documentos auxiliando a definição de tipologias recorrentes em arquivos repressivos e a viabilizar a construção de um modelo base de glossário de tipologias documentais referentes aos documentos analisados da subsérie Terrorismo de Estado, que auxiliará na

definição da estrutura de fundos documentais, servindo de base para os procedimentos de arranjo e descrição de outros arquivos repressivos.

Além disso, é importante assinalar que o glossário de tipologias é um instrumento interessante para o auxílio à elaboração de um quadro de arranjo que proporcione a definição das tipologias identificadas, de forma padronizada.

Uma listagem de tipos documentais, e não de espécies, na qual se pretendesse abarcar os universos jurídico, administrativo e notarial, seria impossível. Isso porque, levando-se em conta que tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou, sua fixação é complexa e pontual. Só é viável a construção de glossários de tipos documentais específicos. [...] É preciso ficar claro que tal afirmação não invalida, naturalmente, a existência de glossários de tipos documentais. Entretanto, eles só serão viáveis se circunscritos à sua própria área de ação, seja ela jurídica, administrativa, notarial, científica, técnica ou artística. (BELLOTTO, 2002 p.91).

Acreditamos que essas informações ao serem disponibilizadas ao arquivista através de um glossário, ou neste caso, um modelo base de glossário, enquanto instrumento arquivístico, possibilite a melhor organização e arranjo a fim de padronizar a descrição de outros arquivos repressivos permitindo a elaboração de instrumentos de pesquisa que permitam o acesso ao usuário.

Para tanto, é necessário entendermos a importância da Diplomática e a relação dela com a Arquivologia.

### **3.1 A Arquivologia e a Diplomática**

Ao longo dos tempos, os documentos foram registrados nos mais diferentes tipos de suporte de escrita. Desde os tabletes de argila, blocos de pedra, papiro, pergaminho, papel, entre outros, até os suportes utilizados pela informática.

A história dos arquivos está ligada ao surgimento da escrita na pré-história. Traços desenhados em barro, pedras ou nas paredes das cavernas fixaram a linguagem, antes apenas oral, em suportes de escrita permitindo que o pensamento humano atravessasse o tempo.

Num primeiro momento, os registros eram sobre o cotidiano dos homens pré-históricos, sua cultura, seus costumes.

Na antiguidade, ao povo fenício, através de uma antiga tradição, é atribuída a invenção do alfabeto, contribuindo assim, na evolução dos arquivos.

Em Elba, localidade onde cresceram as Civilizações do Vale do Nilo e Mesopotâmia, foram encontrados vestígios de um dos arquivos mais antigos de que se tem notícia até hoje. Arqueólogos descobriram numerosas placas de argila dispostas em estantes de madeiras assim como grandes volumes de documentos, sentenças judiciais, etc. Arquivos como este, na Idade Antiga, ficavam centralizados em templos e palácios.

Os povos Greco-Romanos dispunham de um conceito de arquivo público, ou seja, vinculado ao Estado. Os documentos já constituíam valor de prova e se situavam em templos como o Templo de Júpiter, onde eram guardados os documentos diplomáticos. Na Grécia antiga, o que conferia autenticidade aos documentos era justamente o local onde eles eram armazenados, o “archéion”.

Na Idade Média as fontes de informação, entre elas os arquivos, foram centralizados pela Igreja Católica em catedrais e mosteiros, que à época, eram considerados locais seguros e de grande poder. Somente na Idade Moderna é que os arquivos novamente se tornam públicos.

Durante a Revolução Francesa, com a abertura dos arquivos aos cidadãos, uma forte busca de identidade nacional tomou os países da Europa. O documento passa a ter valor testemunhal, de acordo com Rousseau e Couture (1998 p.3), “o documento já não desempenha um papel jurídico, mas constitui um instrumento do poder cujo acesso é sinal do poder do povo”. Sendo assim, os documentos passam a ser importantes para a sociedade.

Este reconhecimento resultou em três importantes realizações no campo arquivístico:

1. Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos.
2. Proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos.
3. Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado. (SCHELLENBERG, 2002, p.27)

Diante da acumulação massiva de documentos, tornou-se necessário formular preceitos arquivísticos para conter o caos e manter a ordem nos arquivos. Os alicerces da teoria e prática da ciência arquivística foram erguidos a partir de 1841 com a circular do historiador e paleógrafo Natalis de Wailly, na qual foi estabelecido o Princípio da Proveniência, base da teoria arquivística, o qual trata do agrupamento de documentos de acordo com o fundo que o gerou. Através do princípio da proveniência é que se organizam os arquivos permanentes ou

históricos, levando em consideração a estrutura administrativa e competências das entidades produtoras.

O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infra-estrutura e as funções do órgão gerador. Reflete em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim. Esta é a base da teoria dos fundos. Ela é que preside a organização dos arquivos permanentes (BELLOTTO, 2006, p. 28).

Em continuidade aos avanços nos estudos arquivísticos, em 1898 foi lançado o Manual dos Holandeses que expõe um conjunto de regras que são um misto de orientações, preceitos e indicações de procedimentos sobre arranjo e descrição em arquivos.

Em consequência da explosão documental após a Segunda Guerra, formulou-se a teoria das três idades a qual divide os documentos de arquivo em três fases: corrente, intermediária e permanente, de acordo com as diferentes fases pelo qual passam os documentos, levando em consideração seu valor e frequência de uso pela administração, desde sua produção até a destinação final, ou seja, recolhimento ou eliminação.

Com o grande volume de documentos produzidos e acumulados devido aos avanços tecnológicos no séc. XX, após o término da Segunda Guerra mundial, os norte americanos formularam soluções a fim de padronizar procedimentos e rotinas arquivísticas no intuito de otimizar o acesso às informações. Nesse sentido, comissões se formaram no intuito de introduzir uma política de gestão de documentos, fazendo com que o arquivista incorpore um perfil de gestor de documentos, o *record manager*.

### **3.2 Diplomática e Tipologia Documental**

Originalmente, a Diplomática era a ciência que estudava os diplomas, em sua maioria documentos régios, oriundos do rei mas também os documentos de procedência militar.

A obra *De re diplomática libri Sex* escrita em seis partes por Jean de Mabillon e publicada no ano de 1681, organiza as regras precípuas da análise de textos, estabelecendo procedimentos referentes à análise e entendimento dos atos escritos assim como a verificação da autenticidade dos mesmos.

Em um conceito mais clássico, a Diplomática era a disciplina que estudava somente a estrutura formal dos documentos provindos de autoridades superiores e portanto eivados de fé pública garantindo assim, sua legitimidade. Métodos de Paleografia e Direito também eram utilizados para atingir-se a autenticidade do documento.

A Diplomática, por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. Tornam-se esses documentos, por isso mesmo, eivados de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito. (BELLOTTO, 2002, p.13)

Berwanger e Leal (2008, p.26) afirmam que “a Diplomática tem como objetivos principais julgar a autenticidade dos documentos bem como interpretar o seu conteúdo”.

A Diplomática analisa os caracteres internos e externos do documento enquanto espécie documental, tendo como objeto documentos arquivísticos medievais, antigos, modernos e contemporâneos detentores de valor histórico.

Os caracteres internos ou intrínsecos estão diretamente ligados à proveniência do documento, suas funções e atividades, ao conteúdo (assunto) do documento bem como à datação tópica e cronológica.

Por sua vez, os caracteres externos ou extrínsecos remetem à estrutura formal e forma de apresentação do documento. Segundo Bellotto (2002 p.25 apud Camargo e Bellotto, 1996; Cruz Mundet, 1994), são considerados caracteres externos o espaço, o volume, a quantidade, o suporte, o formato, a forma, o gênero, a língua, a escrita, a espécie e o tipo documental.

A chamada Diplomática contemporânea, é uma nova área, resultado da atualização dos princípios da diplomática original. A partir dos anos 90 os estudos concentram-se nas espécies e tipos documentais, e não está restrita a documentos governamentais e notariais e sim, a todos os documentos arquivísticos, ou seja, o documento produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica no exercício de uma atividade, vinculado ao contexto jurídico-administrativo de sua criação. A tipologia documental é “a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental,

perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora” (BELLOTTO, 2002, p.19).

A partir deste sentido mais amplo, a Diplomática permite aos arquivistas

[...]responder à expectativa dos administradores no que concerne às regras de criação dos documentos, à expectativa dos seus usuários no conhecimento e à crítica de seu conteúdo e às exigências do seu que-fazer, não somente nas tarefas da avaliação e eliminação de documentos, mas também na elaboração de instrumentos de pesquisa e na valorização dos fundos de arquivo”. (DELMAS, 1998 apud BELLOTTO,2002 p.109).

A partir dos estudos da tipologia documental iniciou-se a elaboração da análise diplomática e tipológica de documentos contemporâneos.

O objeto da Diplomática Contemporânea no presente trabalho são documentos arquivísticos contemporâneos provenientes do Fundo Tarso Dutra onde será analisada a estrutura formal da unidade arquivística, do item documental enquanto espécie documental.

## 4 ANÁLISE DIPLOMÁTICA E TIPOLOGICA DOS DOCUMENTOS REPRESSIVOS

Este trabalho foi realizado através de pesquisa aplicada, que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, utilizando os resultados na tomada de decisões. Neste caso específico, as análises diplomáticas e tipológicas dos documentos da subsérie terrorismo de Estado objetivando elaboração um modelo base de glossário de tipologias documentais remanescentes de produção documental de acervos vinculados à repressão no intuito de auxiliar o reconhecimento das espécies e tipos documentais durante o processo de arranjo e descrição de arquivos repressivos.

A pesquisa é qualitativa pois aborda as relações entre o mundo real e o sujeito (os documentos repressivos) e descritiva no sentido em que descreve as características do acervo e identifica as especificidades dos documentos em questão.

Considerando a escassez de literatura arquivística e produção de conhecimento da área a respeito das espécies e tipos documentais remanescentes de produção documental de acervos vinculados à repressão, foi indispensável a pesquisa bibliográfica sobre o período ditatorial brasileiro feita através de livros e artigos assim como pesquisa documental onde utilizamos de fontes primárias que são os documentos da subsérie Terrorismo de Estado do Fundo Tarso Dutra.

### 4.1 As Etapas da Pesquisa e a Metodologia

A primeira etapa da pesquisa foi identificar, selecionar, analisar e estudar os tipos documentais encontrados na subsérie Terrorismo de Estado do Fundo Tarso Dutra e que potencialmente serão encontrados em outros acervos com documentação de teor repressivo.

Após a primeira etapa estar concluída, os documentos selecionados foram fotografados e procedemos às análises diplomática e tipológica dos documentos.

Devido à falta de padronização de terminologia para arquivos repressivos, foi necessária a busca de informações em algumas fontes.

Utilizamos como base para as análises, o glossário de espécies documentais que Bellotto (2002) apresenta em seu manual **Como Fazer Análise Diplomática e**

**Análise Tipológica de Documentos de Arquivo** assim como o contexto de produção e estudo dos documentos analisados a fim de definir os tipos documentais.

Bellotto (2002,p.27 e 93 apud Camargo e Bellotto,1996) define espécie documental (objeto da Diplomática) como “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” e espécie documental diplomática como “aquela que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial”. Já o tipo documental (objeto da Tipologia) “é a espécie documental, não mais como “fórmula”, e sim já imbuído da atividade que o gerou”.

As últimas etapas constituíram-se em completar a Ficha de Identificação dos Tipos Documentais do Fundo Tarso Dutra elaborada a partir do modelo proposto pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madri com as ampliações de Heloísa Liberalli Bellotto (2002) ao modelo espanhol assim como elaborar o modelo base de glossário de tipologias documentais específico para acervos vinculados à repressão.

## 4.2 A Análise Diplomática

Para a efetivação da análise Diplomática neste trabalho, foi utilizado o modelo sugerido por Bellotto (2002) no manual **Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documentos de Arquivo** onde as partes a serem analisadas no documento em um primeiro momento são:

O **protocolo inicial ou protocolo**, na seqüência dos dados, é constituído por:

- 1) invocação (invocatio) que, em geral, só ocorre nos atos dispositivos mais antigos (a expressão “Em nome de Deus” é um exemplo de invocação);
- 2) titulação (intitulatio), formada pelo nome próprio da autoridade (soberana ou delegada) de que emana o ato e por seus títulos;
- 3) direção ou endereço (inscriptio), parte que nomeia a quem o ato se dirige, seja um destinatário individual ou coletivo e
- 4) saudação (salutatio), parte final do protocolo (BELLOTTO, 2002, p.39).

Após a efetivação desta primeira etapa da análise, seguimos com a análise do texto propriamente dito:

O **texto**, que tem “todos os seus elementos comandados pela natureza jurídica do ato e por seu objetivo” (TESSIER, 1961), constitui-se de:

- 1) preâmbulo (prologus ou exordium), no qual se justifica (por razões de ordem moral, jurídica ou material) a criação do ato;
- 2) notificação (notificatio ou promulgatio), que pode ser entendida na expressão “tenho a honra de comunicar a vós”;

- 3) exposição (narratio), na qual são explicitadas as causas do ato, o que o originou, quais as necessidades administrativas, políticas, jurídicas, econômicas, sociais ou culturais que o tornaram necessário;
- 4) dispositivo (dispositio), que é a substância do ato, seu “assunto” propriamente dito, em que se determina o que se quer (iniciado por um verbo na primeira pessoa, como “ordeno”, “mando”, “estabeleço”, “sou servido ...” etc;
- 5) sanção (sanctio ou minatio), na qual se assinalam as penalidades, no caso do não cumprimento do dispositivo e
- 6) corroboração ou cláusulas finais (valoratio ou corroboratio), em que se dispõe sobre os meios morais ou materiais que asseguram a execução do dispositivo (alguns autores classificam essa parte final do texto segundo suas variantes: cominatórias, que podem ser penais ou espirituais, de garantia, de renúncia ou de corroboração) (BELLOTTO, 2002, p.39).

Por fim, a análise do protocolo final onde:

O **protocolo final** ou escatocolo inicia-se após a corroboração ou cláusulas finais, com:

- 1) subscrição/assinatura (subscriptio), isto é, a assinatura do emissor/autor do documento ou quem o faça por sua ordem;
- 2) datação (datatio). É preciso distinguir a data tópica da data cronológica, ou o elemento topográfico do elemento cronológico. A primeira é referente à forma como está designado no documento o local onde ele foi assinado. Aí cabe, muitas vezes, não o nome de uma cidade, e sim a denominação de um palácio, de uma sala ou de um logradouro. Isto deve ser obedecido, sem que se acrescente a cidade na qual estejam situados. A segunda corresponde ao dia, mês e ano;
- 3) precação (apprecatio), onde, por meio de dois elementos (assinatura de testemunhas e sinais de validação, como carimbos e selos), reitera-se a legalidade do documento. Nos atos normativos mais frequentes, as testemunhas incluem os ministros ou secretários das pastas com as quais têm a ver os assuntos tratados (BELLOTTO, 2002, p.40).

Selecionamos para análise 09 documentos da subsérie Terrorismo de Estado. Denominaremos PI para Protocolo Inicial, TEXTO para o texto e PF para Protocolo Final.

Levando em consideração o Art.5º, Inciso X da Constituição Federal onde “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”, tarjaremos o nome dos cidadãos/servidores públicos que foram alvos das investigações apresentadas nos documentos analisados.

Em questão está o direito do indivíduo de preservar seu nome e não ter exposto, ao conhecimento de terceiros, informação que viole sua intimidade, vida privada ou honra conforme legislação em vigor. No direito à privacidade, o objeto é, de forma sumária, a integridade moral da pessoa.

Figura 1 – Análise Diplomática Espécie Documental nº1: Ofício

**P I**

**Sinais de Validação**

**Data Tópica** (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)

**Título** (OF.CONF. Nº 1154 /DSI/SI/MEC/68) (Em 12 nov 1968) **Data Cronológica**

**Titulação** (Do Diretor da DSI/MEC)

**Direção** (Ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura)

Assunto : Dados informativos s/ cidadão.

REF. : Of. 754/DSI/SI/MEC de 21/agô/68 e Mem.Gab.578/68

**Direção** (Excelentíssimo Senhor Ministro)

**T E X T O**

**Dispositivo** [Informo a Vossa Excelência que esta DSI obteve informações complementares sôbre [redacted] que não recomendam, de modo algum, seu aproveitamento para qualquer cargo ou função que exerça ou venha exercer.

O referido cidadão foi objeto de cogitações dos documentos da referênciã.]

**Saudação** [Renovo a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.]

**P F**

**P R E C A Ç Ã O**

**Assinatura/ Suscrição** [Handwritten signature]

**Saudação** (Atenciosamente,)

**Titulação** (WALDEMAR RAUL TUROLA, Diretor da DSI/MEC)

**Sinal de Validação**

**Sanção**

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS (Art.62-Dec.60 417/67, Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.)  
O presente documento não pode constituir peça de processo (Dec. 60417/67).

M. Ex - G. M. - CIE PROTOCOLO N.º 2653 Em 14 de Nov de 1968 Providências

**CONFIDENCIAL**

Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

Figura 2 – Análise Diplomática Espécie Documental nº2: Prontuário

  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
 DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

(PRONTUÁRIO Nº) **Título**

**Sinal de Validação**

**Data Tópica**

**P I**

Nome: [REDACTED]  
 Filiação: [REDACTED]  
 Natural de: [REDACTED]  
 Profissão: [REDACTED]  
 Residência: [REDACTED]

DATA	FONTE	HISTÓRICO
22.8.69	DOPS/GB	- 08040 Brasileiro, natural de Campos -Estado do Rio de Janeiro, filho de [REDACTED] e de [REDACTED], nascido em 16.12.904, que era funcionário / público, trabalhava no Ministério da Educação, que residia [REDACTED] 134 casa 3, foi preso e apresentado a este DOPS, onde prestou declarações, por professar o integralismo, acusado ainda de coparticipação no movimento subversivo de 11.5.938. Em 14.5.38 foi recolhido à Casa da Correção. Em 26.5.938 foi solto por não ter sido apurado a sua detenção nos movimentos / subversivos de 11.3.938 e 11.5.38, da A.I.B. Com nome idêntico, sem qualificação, segundo dados reservados de 11.9.55, foi signatário de um manifesto à Nação, apontando as ameaças que visavam solapar as instituições de democratas a implantar um governo discricionário.
15.8.69	CENIMAR	- Nº. 0771. Desde 1965 que, em aula, faz abertas pregações contra militares revalucionários e a favor da subversão da ordem; consta ser militante AP ou do PCB; foi conselheiro político de BRIZOLA E COLLART .
4:9.69	CIE	- Infº. Nº. 2289 - Em anexo Ficha de Informação do espiado.

**T E X T O**

Fonte: AHRs – Fundo Tarso Dutra, 2014.



Figura 4 – Análise Diplomática Espécie Documental nº4: Aviso

**P I**

**Título** (Av nº)

**Data Cronológica** (Em de de 1969)

**Direção** (Senhor Ministro:)

**T E X T O**

**Preâmbulo** [Em atenção ao assunto do seu Aviso reservado nº 757/CISEx, de 18 do corrente, cabe informar a Vossa Excelência que, em Exposição de Motivos nº 470, desta data, encaminhei proposta, ao Exmº Presidente da República, para a suspensão dos direitos políticos, pelo prazo de 10 anos, nos termos do inciso I do art. 1º, do Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968, de ██████████, professor catedrático da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.]

**Notificação**

**Dispositivo**

**Saudação** [Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e apreço.]

**P F**

**Assinatura/ Suscrição** (Tarso Dutra)

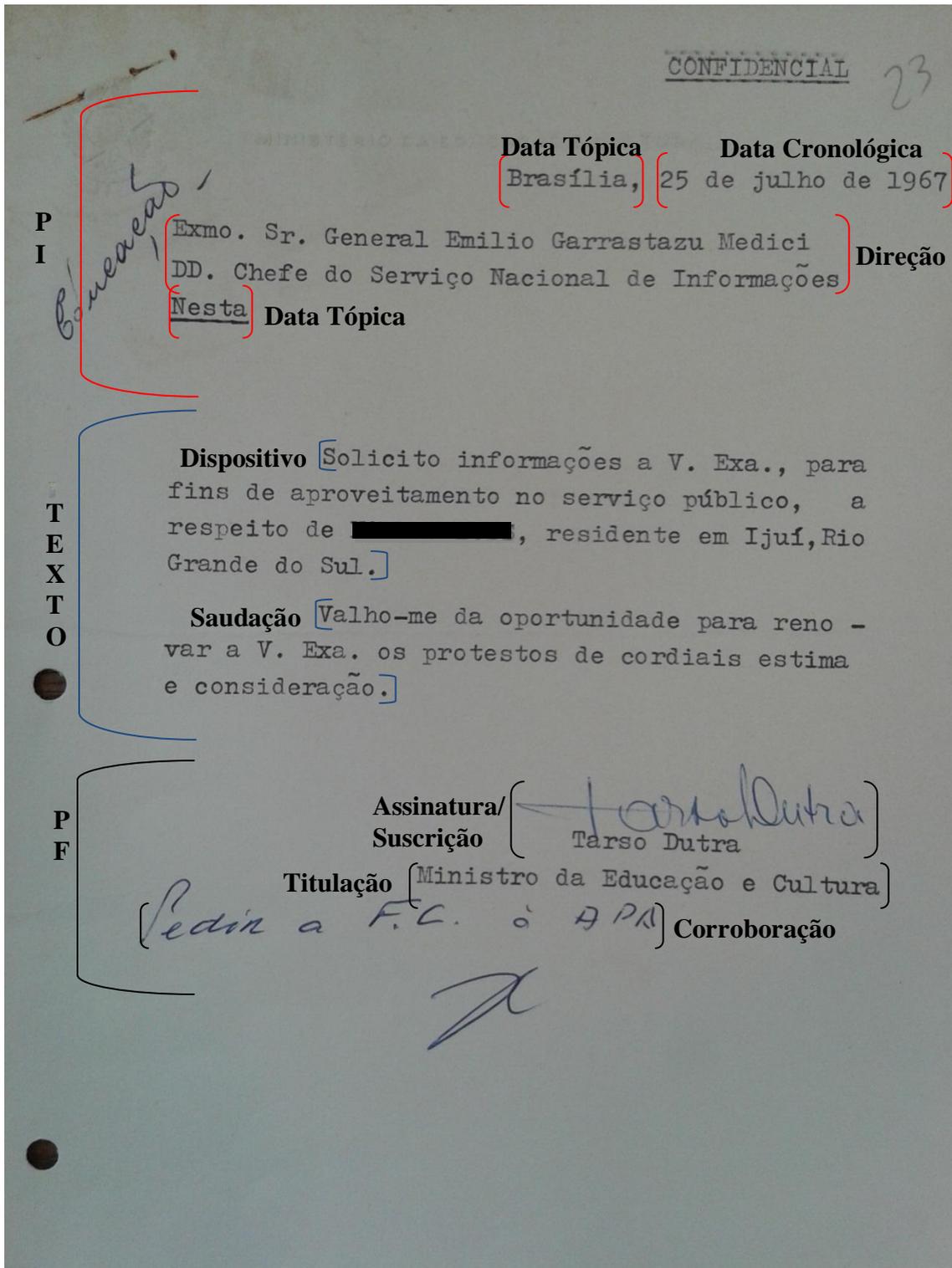
**Direção** (Excelentíssimo Senhor Dr. Aurélio de Lyra Tavares MD. Ministro do Exército)

**Corroboração** (Quero fazer o original e copias.)

**Titulação** (TD/sr.)

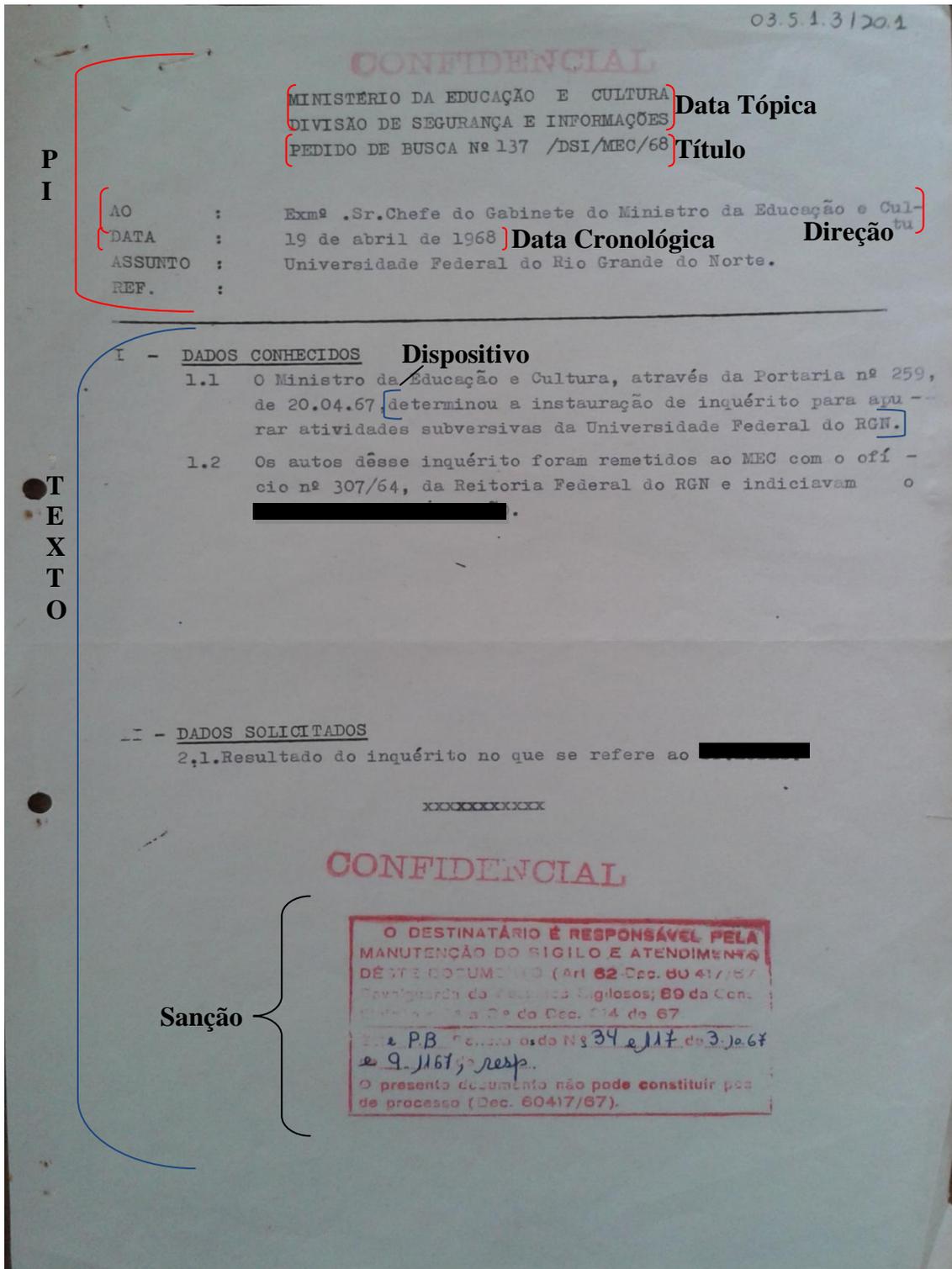
Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

Figura 5 – Análise Diplomática Espécie Documental nº5: Solicitação



Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

Figura 6 – Análise Diplomática Espécie Documental nº6: Pedido



Fonte: AHRs – Fundo Tarso Dutra, 2014.

Figura 7 – Análise Diplomática Espécie Documental nº7: Boletim

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

BOLETIM INFORMATIVO BI-225 DE 19 DE DEZ ÀS 0400 DE 20 DE DEZ/68

Sinal de Validação

Assinatura/Suscrição

Data Tópica Data Cronológica

TÍTULO

P  
r  
e  
c  
a  
ç  
ã  
o

P  
I

T  
E  
X  
T  
O

1. - Se fôr necessário, tóda a direção nacional da ARENA renunciará para que a normalidade política assim entendida a volta à ação dos Partidos Políticos e a reabertura do Congresso - volte. Essa foi a impressão colhida ontem, no Rio e em BSB, inclusive com cobertura dos elementos do MDB que ainda acompanham o processo político.
2. - A criação, em 1 969, de 110 mil vagas nas primeiras séries das universidades, sugerida pelo GT da Reforma Universitária, foi confirmada no relatório entregue ontem ao Chefe de Gab do MEC, Sr. FAVORINO MÉRICO, pelo GT que estudou a expansão das matrículas nos cursos superiores até 1975.
3. - O Ma r CS, apoiando-se nos poderes conferidos pelo AI-5, baixou ontem o AC-39, que concede aos Min de Estado o direito de representar diretamente a Pres Rep para suspender direitos políticos, demitir, remover, colocar em disponibilidade ou aposentar, os funcionários de seus respectivos Ministérios, bem como de autarquias, em présas Públicas e sociedades de economia mista. Ao mesmo tempo, - regulamentado o artigo 6º do AC-39.
4. - A Agência Nacional apontou, em noticiário distribuído ontem, a Rádio Paz e Progresso de MOSCOU, e a Agência France-Presse, como desfiguradoras da situação brasileira.
5. - A comissão encarregada de estudar a regulamentação das Leis sobre a Reforma Universitária entregará hoje, às 10 horas, ao Ministro da Educação, as conclusões de seus trabalhos.

Distribuição:

Ministro.....1  
Ensino Superior.....1  
DNE::::.....1  
Arquivo.....1

4

Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

Figura 8 – Análise Diplomática Espécie Documental nº8: Ficha

**CONFIDENCIAL**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

03.5.5.2/03

Assinatura/ Suscrição

**P**  
**I**

**Data**

**Título** [ FICHA - CONCEITO N.º 487 ]

**Data Cronológica** [ Data 28 / JUN 19 67 ]

**P**  
**r**  
**e**  
**c**  
**a**  
**ç**  
**ã**  
**o**

TÓPICOS	REGISTRO
Nome	[REDACTED]
Filiação	[REDACTED]
Função ou cargo atual	Prof de Sociologia da Universidade Católica de PE.
Funções ou cargos anteriores	Magistério.
Ligações políticas	Desconhecidas.
Ideologia	Demonstra tendências esquerdistas.
Capacidade profissional	B o a .
Inteligência	B o a .
Conceito profissional	B o m .
Conceito social	B o m .
Caráter	D u v i d o s o .
Antecedentes criminais	Não registra.
Outros dados	- Natural de Monteiro/Paraíba. - Nascido em 23/08/24.

**T**  
**E**  
**X**  
**T**  
**O**

Finalidade: .....

[Informante: ... SNI/ARJ] **Titulação**

Referência: Telex 1253 de 28 Jun 67.

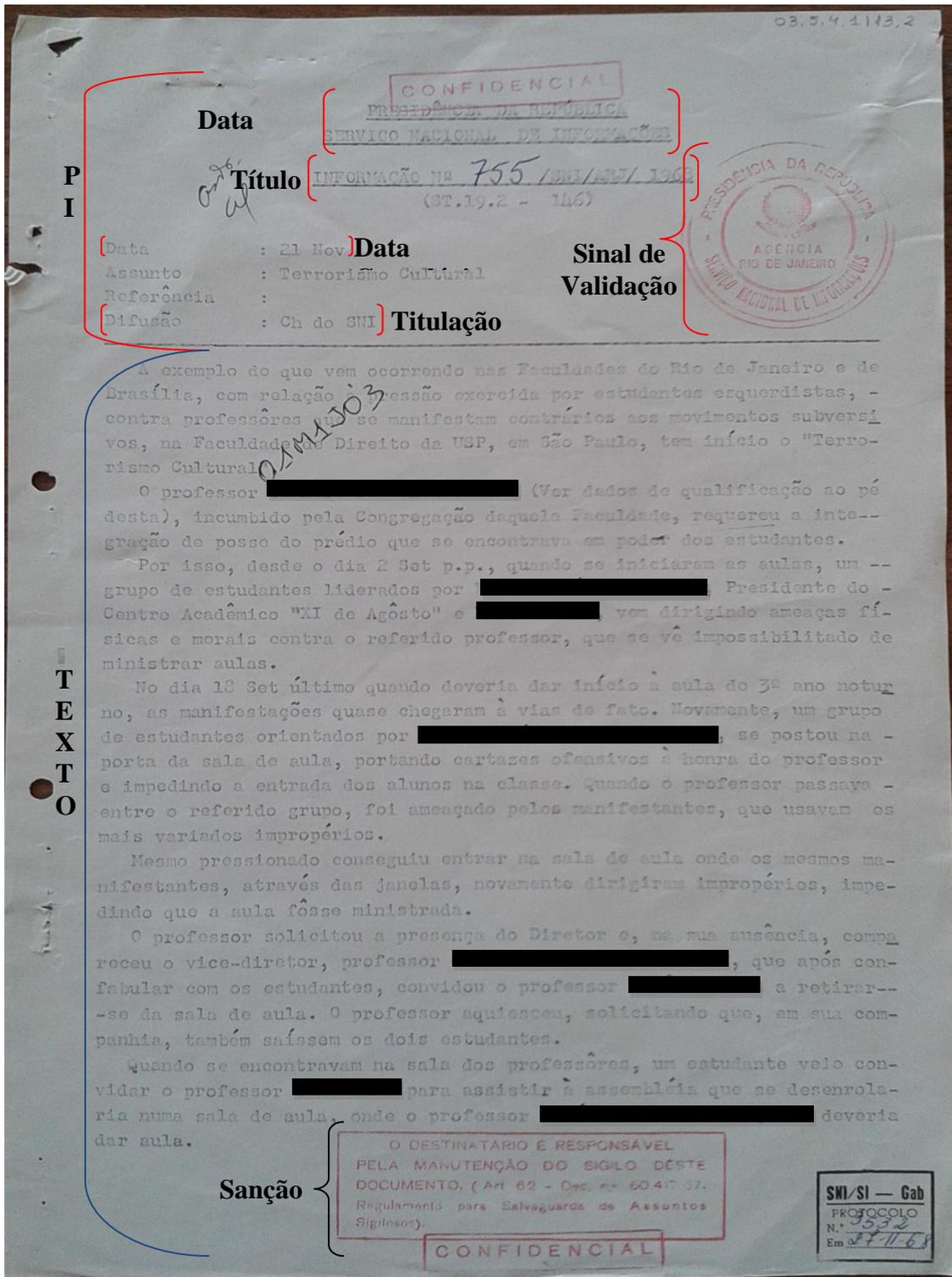
Observação: Este documento deverá ser restituído ao S. N. I.

**CONFIDENCIAL**

Departamento de Imprensa Nacional - 22.714

Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

Figura 9 – Análise Diplomática Espécie Documental nº9: Informação



Fonte: AHRF – Fundo Tarso Dutra, 2014.

Devemos lembrar que o documento diplomático nem sempre é completo, ou seja, composto por todas as partes supracitadas. Alguns dos documentos analisados não apresentam o Protocolo Final como é o caso das Espécies Documentais nº 2, nº3, nº6, nº7, nº8 e nº9 anteriormente apresentadas. Tais documentos possuem formato padrão não contemplando os elementos que caracterizam o Protocolo Final.

### 4.3 A Análise Tipológica

O produto da análise tipológica foi a “Ficha de Identificação dos Tipos Documentais do Fundo Tarso Dutra”. A elaboração da ficha foi embasada no modelo recomendado pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madri com as ampliações de Heloísa Liberalli Bellotto (2002) ao modelo espanhol.

O modelo supracitado foi exposto pela autora no manual Como Fazer Análise Diplomática e Tipológica de Documento de Arquivo e expõe os seguintes elementos a serem analisados:

- 1) **Tipo** [Espécie documental + atividade concernente]
  - 1.1) Denominação a ser buscada na legislação, em tratados de direito administrativo, manuais de rotinas burocráticas, glossários, dicionários terminológicos ou a partir do próprio documento.
  - 1.2) Caracteres externos (gênero, suporte, formato, forma).
- 2) **Código** da série que corresponde ao tipo no plano de classificação. Posição da série dentro do fundo ou do conjunto maior.
- 3) **Entidade produtora acumuladora** [atribuições]. Suas subdivisões correspondem, em geral, às funções, se for o caso.
- 4) [**Atividade(s)**] que gera(m) o tipo documental em foco].
- 5) **Destinatário**, se for o caso.
- 6) **Legislação** que cria a entidade e a função/atividade que originará a série.
- 7) **Tramitação**. Seqüência das diligências e ações (trâmites), prescritas para o andamento de documentos de natureza administrativa até seu julgamento ou solução. É o procedimento que gera e em que atua a tipologia.
- 8) **Documentos básicos** que compõem o processo, se for o caso.
- 9) **Ordenação**. Posição dos documentos dentro da série.
- 10) **Conteúdo**. Dados repetitivos na tipologia analisada.
- 11) **Vigência**. “Qualidade que apresenta um documento enquanto permanecem efetivos e válidos os encargos e disposições nele contidos”. [Tempo de arquivamento no arquivo setorial.]
- 12) [**Prazos**.] [Tempo de permanência no arquivo setorial.]  
Eliminação [ou preservação em arquivo permanente]. A fixação dos prazos não cabe quando se analisa documentos já de guarda permanente. (BELLOTTO,2002,p.96).

Os documentos selecionados para análise e definição de tipologia são os mesmos 09 documentos da subsérie Terrorismo de Estado que foram utilizados para

a análise diplomática. Alguns desses tipos foram comumente utilizados nos diversos órgãos repressivos durante a ditadura civil-militar brasileira.

Entendemos que as definições serão úteis ao passo que auxiliará a realização da leitura documental facilitando a classificação e elaboração do quadro de arranjo.

A identificação da tipologia documental também auxiliará no processo de descrição documental, que é uma importante atividade realizada nos arquivos permanentes, cuja finalidade é disponibilizar os documentos para que os mesmos possam ser acessados pelos usuários, sejam eles pesquisadores ou cidadãos comuns, lembrando que dar acesso é uma das principais funções de um arquivo.

O emprego da Tipologia Documental no que-fazer-arquivístico é recente, pois foi iniciado, em meados da década de 1980, pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas Municipais de Madri. Tem-se mostrado vantajoso nos vários segmentos do processamento documental, tais como:

- 1) na classificação/arranjo, por facilitar o entendimento da composição das séries;
- 2) na descrição, esclarecendo que os conteúdos veiculados em determinado formato jurídico têm certos dados que são fixos e outros variáveis, e que este conteúdo liga-se de forma obrigatória à espécie que o veicula;
- 3) no serviço aos usuários, pois a identificação dos tipos documentais traz informações antecedentes e exteriores ao próprio conteúdo do documento, fundamentais para sua compreensão dentro do conteúdo jurídico-administrativo de produção;
- 4) na avaliação, porque as tabelas de temporalidade partem da identificação das funções refletidas nas séries documentais que se quer avaliar para estabelecer o destino dos documentos. Aliás, a avaliação era o grande objetivo do Grupo de Trabalho de Madri, ao estabelecer os parâmetros da análise tipológica, relacionados adiante. Essa aplicação dos estudos diplomáticos foi bastante inovadora e já tem mostrado bons frutos. Aliás, a avaliação dos documentos é, antes de tudo, baseada na sua estrutura e na sua espécie (GAGNON-ARGUIN, 1998). (BELLOTTO, 2002, p.93).

Sendo assim, as análises serão expostas nas seções que seguem.

### 4.3.1 Tipo Documental nº1

Parecer Funcional do Diretor da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura ao Ministro da Educação e Cultura informando sob a obtenção de informações complementares sobre determinado cidadão e não recomendando seu aproveitamento em cargo ou função pública.

Figura 10 - Tipo Documental nº1

**CONFIDENCIAL**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

OF.CONF. Nº 1154 /DSI/SI/MEC/68      Em 12 nov 1968

Do Diretor da DSI/MEC  
Ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura

Assunto : Dados informativos s/ cidadão.

REF. : Of. 754/DSI/SI/MEC de 21/agô/68 e Mem.Gab.578/68

**URGENTE**

Excelentíssimo Senhor Ministro

Informo a Vossa Excelência que esta DSI obteve informações complementares sobre [REDACTED] que não recomendam, de modo algum, seu aproveitamento para qualquer cargo ou função que exerça ou venha exercer.

O referido cidadão foi objeto de cogitações dos documentos da referência.

Renovo a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,  
*Waldemar Raül Turóla*  
WALDEMAR RAÜL TURÓLA  
Diretor da DSI/MEC

**CONFIDENCIAL**

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS (Art.62-Dec.60 417/67, Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.)  
O presente documento não pode constituir peça de processo (Dec. 60417/67).

M. Ex - G. M. - CIE  
PROTOCOLO  
N.º 5683  
Em 14 de Nov de 1968  
Providências

Fonte: AHRs – Fundo Tarso Dutra, 2014.

### Quadro 1 – Ficha de Identificação: Parecer Funcional

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DOCUMENTAL Nº1</b>
<p><b>1. Tipo Documental:</b> Parecer Funcional</p> <p><b>1.1 Definição:</b> É um meio de comunicação próprio do serviço público, de cunho confidencial. Forma padrão para troca de informações entre os órgãos do governo de modo oficial. Emite opinião técnica servindo de apoio para a tomada de decisão.</p> <p><b>1.2 Caracteres Externos:</b> <u>Gênero:</u> Textual <u>Suporte:</u> Papel <u>Formato:</u> Folha avulsa <u>Forma:</u> Original</p>
<p><b>2. Código de Classificação:</b> 03.5.1.2</p>
<p><b>3. Entidade Produtora/Acumuladora:</b> Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC).</p> <p><u>Atribuição:</u> As DSI's eram órgãos complementares do Serviço Nacional de Informações (SNI) criado durante o regime militar e existiam em todos os ministérios civis.</p> <p><u>Subdivisões:</u> Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).</p>
<p><b>4. Atividade:</b> A DSI produzia informes sobre qualquer assunto que fosse de interesse do Regime Militar, respondendo tecnicamente ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e ao SNI. A DSI-MEC colhia informações sobre cidadãos em suas subdivisões nas Universidades, as ASI's e as enviava para os órgãos de repressão do regime formando assim, um enorme acervo sobre a vida funcional dos servidores públicos da época.</p>
<p><b>5. Destinatário:</b> Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura.</p>
<p><b>6. Legislação:</b> Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967, Decreto 60.940 de 4 de junho de 1967, Decreto nº 61.341, de 13 de Setembro de 1967, Decreto 62.803 de 3 de junho de 1968 e Decreto 60.417 de 11 de março de 1967, Art.62.</p>
<p><b>7. Tramitação:</b> DSI-MEC, Gabinete do Ministro da Educação e Cultura.</p>
<p><b>8. Documentos que acompanham o tipo documental:</b> Não foram encontrados documentos acompanhando o tipo documental.</p>
<p><b>9. Ordenação:</b> Cronológica.</p>
<p><b>10. Conteúdo:</b> informações complementares sobre cidadão/servidor público recomendando seu aproveitamento em cargo público.</p>
<p><b>11. Vigência:</b> Para trâmite administrativo.</p>
<p><b>12. Prazos:</b> Guarda Permanente no AHRS.</p>

**Fonte: Barcella,2014.**

### 4.3.2 Tipo Documental nº2

Prontuário de Inteligência emitido pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura ao Ministro da Educação e Cultura onde constam informações advindas de diversos órgãos repressivos acerca de um único cidadão/servidor público.

Figura 11 - Tipo Documental nº2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
PRONTUÁRIO Nº

Nome: [REDACTED]  
 Filiação: [REDACTED]  
 Natural de: [REDACTED]  
 Profissão: [REDACTED]  
 Residência: [REDACTED]

DATA	FONTE	HISTÓRICO
22.8.69	DOPS/CE	- 08040 Brasileiro, natural de Campos - Estado de Rio de Janeiro, filho de [REDACTED] e de [REDACTED], nascido em 16.12.904, que era funcionário público, trabalhava no Ministério da Educação, que residia à [REDACTED] 134 casa 3, foi preso e apresentado a este DOPS, onde prestou declarações, por professar o integralismo, acusado ainda de coparticipação no movimento subversivo de 11.5.938. Em 14.5.38 foi recolhido à Casa da Correção. Em 26.5.938 foi solto por não ter sido apurado a sua detenção nos movimentos subversivos de 11.3.938 e 11.5.38, da A.I.B. Com nome idêntico, sem qualificação, segundo dados reservados de 11.9.55, foi signatário de um manifesto à Nação, apontando as ameaças que visavam solapar as instituições democráticas a implantar um governo ditatorial.
15.8.69	CENIMAR	- Nº. 0771. Desde 1965 que, em aula, faz abertas pregações contra militares revolucionários e a favor da subversão da ordem; consta ser militante AP ou do PCB; foi conselheiro político do BRICOLA E CIGUARET.
4:9.69	CIB	- Inf. Nº. 2289. - Em anexo Ficha de Informação do espiado.

Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

## Quadro 2 – Ficha de Identificação: Prontuário de Inteligência

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DOCUMENTAL Nº2</b>
<p><b>1. Tipo Documental:</b> Prontuário de Inteligência</p> <p><b>1.1 Definição:</b> Ficha de registro de informações dos diversos órgãos repressivos sobre determinado cidadão/servidor público.</p> <p><b>1.2 Caracteres Externos:</b>  <u>Gênero:</u> Textual  <u>Suporte:</u> Papel  <u>Formato:</u> Folha avulsa  <u>Forma:</u> Original</p>
<p><b>2. Código de Classificação:</b> 03.5.1.4</p>
<p><b>3. Entidade Produtora/Acumuladora:</b> Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC).</p> <p><u>Atribuição:</u> As DSI's eram órgãos complementares do Serviço Nacional de Informações (SNI) criado durante o regime militar e existiam em todos os ministérios civis.</p> <p><u>Subdivisões:</u> Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).</p>
<p><b>4. Atividade:</b> A DSI produzia informes sobre qualquer assunto que fosse de interesse do Regime Militar, respondendo tecnicamente ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e ao SNI. A DSI-MEC colhia informações sobre cidadãos em suas subdivisões nas Universidades, as ASI's e as enviava para os órgãos de repressão do regime formando assim, um enorme acervo sobre a vida funcional dos servidores públicos da época.</p>
<p><b>5. Destinatário:</b> Não pôde ser estabelecido.</p>
<p><b>6. Legislação:</b> Decreto-Lei nº 200 de 25 de Fevereiro de 1967, Decreto 60.940 de 4 de junho de 1967, Decreto nº 61.341 de 13 de Setembro de 1967, Decreto 62.803 de 3 de junho de 1968.</p>
<p><b>7. Tramitação:</b> Não pôde ser estabelecida.</p>
<p><b>8. Documentos que acompanham o tipo documental:</b> Não foram encontrados documentos acompanhando o tipo documental.</p>
<p><b>9. Ordenação:</b> Cronológica. Item nº 03.5.1.4/10.</p>
<p><b>10. Conteúdo:</b> Informações de diversos órgãos repressivos sobre determinado cidadão/servidor público.</p>
<p><b>11. Vigência:</b> Para trâmite administrativo.</p>
<p><b>12. Prazos:</b> Guarda Permanente no AHRS.</p>

**Fonte: Barcella,2014.**

### 4.3.3 Tipo Documental nº3

Relação de nomes cuja qualificação funcional a Divisão de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura não conseguiu identificar.

Figura 12 - Tipo Documental nº3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

RELAÇÃO DE NOMES CUJA QUALIFICAÇÃO FUNCIONAL NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR

1	-	██████████	-	Escola de Belas Artes da UFRJ
2	-	██████████	-	UFMG
3	-	██████████	-	Secretaria de Educação e Cultura - RGS
4	-	██████████	-	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais-UFRJ
5	-	████████████████████	-	Curso de Química-UFRJ
6	-	████████████████████	-	UFRGS
7	-	████████████████████	-	Faculdade de Direito - UFBA
8	-	████████████████████	-	Museu Histórico Nacional
9	-	██████████	-	Faculdade de Arquitetura - UFRGS
10	-	██████████	-	Faculdade de Filosofia - UFMG
11	-	██████████	-	Faculdade de Filosofia - UFMG

Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

### Quadro 3 – Ficha de Identificação: Relação Nominal

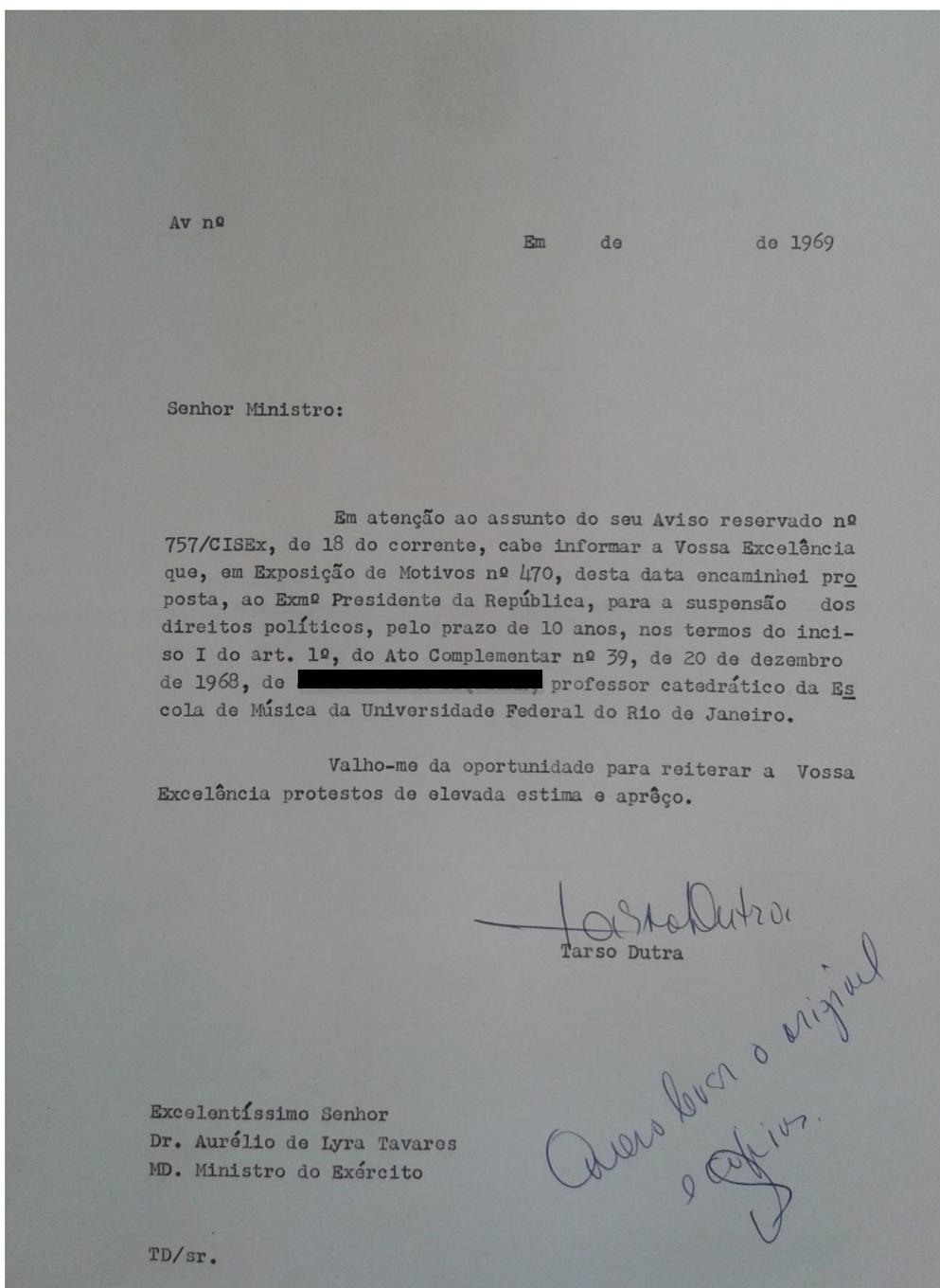
<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DOCUMENTAL Nº3</b>
<p><b>1. Tipo Documental:</b> Relação Nominal</p> <p><b>1.1 Definição:</b> Rol de nomes reunidos com finalidade específica.</p> <p><b>1.2 Caracteres Externos:</b>  <u>Gênero:</u> Textual  <u>Suporte:</u> Papel  <u>Formato:</u> Folha avulsa  <u>Forma:</u> Original</p>
<p><b>2. Código de Classificação:</b> 03.5.2.2</p>
<p><b>3. Entidade Produtora/Acumuladora:</b> Ministério da Educação e Cultura (MEC).</p> <p><u>Atribuição:</u> Órgão da administração federal direta responsável pela educação e cultura nacional.</p> <p><u>Subdivisões:</u> Divisão de Segurança e Informação (DSI), Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).</p>
<p><b>4. Atividade:</b> Competências nos assuntos relacionados com política nacional de educação e cultura.</p>
<p><b>5. Destinatário:</b> Não pôde ser estabelecido.</p>
<p><b>6. Legislação:</b> Não pôde ser estabelecida.</p>
<p><b>7. Tramitação:</b> Não pôde ser estabelecida.</p>
<p><b>8. Documentos que acompanham o tipo documental:</b> Não foram encontrados documentos acompanhando o tipo documental.</p>
<p><b>9. Ordenação:</b> Cronológica.</p>
<p><b>10. Conteúdo:</b> Lista de nomes de cidadãos cuja qualificação funcional não foi possível identificar.</p>
<p><b>11. Vigência:</b> Para trâmite administrativo.</p>
<p><b>12. Prazos:</b> Guarda Permanente no AHRs.</p>

**Fonte: Barcella,2014.**

#### 4.3.4 Tipo Documental nº4

Aviso Reservado de Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura a Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército onde informa que encaminhou proposta ao Presidente da República para a suspensão dos direitos políticos estabelecidos no AI-1 de determinado professor universitário.

Figura 13 - Tipo Documental nº4



Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

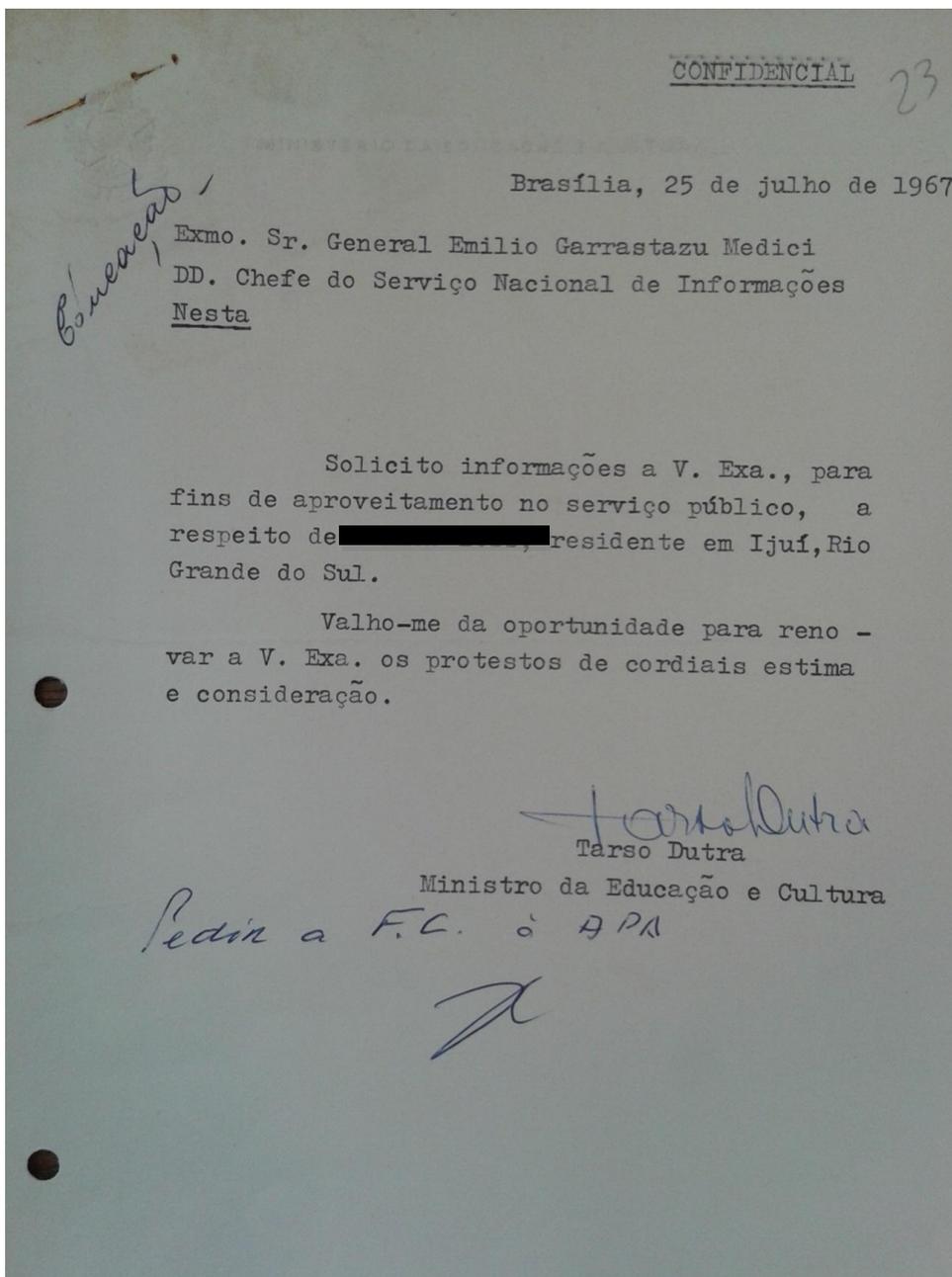
**Quadro 4 – Ficha de Identificação: Aviso Reservado**

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DOCUMENTAL Nº4</b>
<p><b>1. Tipo Documental:</b> Aviso Reservado</p> <p><b>1.1 Definição:</b> Notícia ou ordem enviada, destinada a uma pessoa ou coletividade. Na administração pública, refere-se a correspondência de algum ministro ou secretário de Estado a outras autoridades relativo a assuntos administrativos ou quando um ministro dá conhecimento de decisões administrativas.</p> <p><b>1.2 Caracteres Externos:</b> <u>Gênero:</u> Textual <u>Suporte:</u> Papel <u>Formato:</u> Folha avulsa <u>Forma:</u> Original</p>
<p><b>2. Código de Classificação:</b> 03.5.2.1</p>
<p><b>3. Entidade Produtora/Acumuladora:</b> Ministério da Educação e Cultura (MEC).</p> <p><u>Atribuição:</u> Órgão da administração federal direta responsável pela educação e cultura nacional.</p> <p><u>Subdivisões:</u> Divisão de Segurança e Informação (DSI), Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).</p>
<p><b>4. Atividade:</b> Competências nos assuntos relacionados com política nacional de educação e cultura.</p>
<p><b>5. Destinatário:</b> Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército.</p>
<p><b>6. Legislação:</b> Ato Institucional Nº1 de 9 de abril de 1964, Ato complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968.</p>
<p><b>7. Tramitação:</b> Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, Gabinete do Ministro do Exército.</p>
<p><b>8. Documentos que compõe o tipo documental:</b> Não foram encontrados documentos acompanhando o tipo documental.</p>
<p><b>9. Ordenação:</b> Cronológica.</p>
<p><b>10. Conteúdo:</b> Proposta para a suspensão dos direitos políticos por 10 anos de servidor público.</p>
<p><b>11. Vigência:</b> Para trâmite administrativo.</p>
<p><b>12. Prazos:</b> Guarda Permanente no AHRS.</p>
<p><b>Fonte: Barcella,2014.</b></p>

#### 4.3.5 Tipo Documental nº5

Solicitação de Informação de Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura a Emílio Garrastazu Médici, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre determinado cidadão para fins de aproveitamento no serviço público.

Figura 14 - Tipo Documental nº5



Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

**Quadro 5 – Ficha de Identificação: Solicitação de Informação**

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DOCUMENTAL Nº5</b>
<p><b>1. Tipo Documental:</b> Solicitação de Informação</p> <p><b>1.1 Definição:</b> Pedido ou requerimento justificado de informações para tomada de decisões.</p> <p><b>1.2 Caracteres Externos:</b> <u>Gênero:</u> Textual <u>Suporte:</u> Papel <u>Formato:</u> Folha avulsa <u>Forma:</u> Original</p>
<p><b>2. Código de Classificação:</b> 03.5.5.1</p>
<p><b>3. Entidade Produtora/Acumuladora:</b> Ministério da Educação e Cultura (MEC).</p> <p><u>Atribuição:</u> Órgão da administração federal direta responsável pela educação e cultura nacional.</p> <p><u>Subdivisões:</u> Divisão de Segurança e Informação (DSI), Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).</p>
<p><b>4. Atividade:</b> Competências nos assuntos relacionados com política nacional de educação e cultura.</p>
<p><b>5. Destinatário:</b> Emílio Garrastazu Médici, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).</p>
<p><b>6. Legislação:</b> Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964 e Decreto 60.417 de 11 de março de 1967, Art.62.</p>
<p><b>7. Tramitação:</b> Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, Gabinete do Chefe do Serviço Nacional de Informações.</p>
<p><b>8. Documentos que compõe o tipo documental:</b> Não foram encontrados documentos acompanhando o tipo documental.</p>
<p><b>9. Ordenação:</b> Cronológica.</p>
<p><b>10. Conteúdo:</b> Solicitação de Informação sobre cidadão para fins de aproveitamento no serviço público.</p>
<p><b>11. Vigência:</b> Para trâmite administrativo.</p>
<p><b>12. Prazos:</b> Guarda Permanente no AHRs.</p>

**Fonte: Barcella,2014.**

#### 4.3.6 Tipo Documental nº6

Pedido de Busca emitido pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura, direcionado ao Chefe de Gabinete do mesmo Ministério onde há a troca de informações entre os órgãos do governo e os de segurança e informação.

Figura 15 - Tipo Documental nº6

03.5.1.3/201

**CONFIDENCIAL**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
PEDIDO DE BUSCA Nº 137 /DSI/MEC/68

AO : Exmº .Sr.Chefe do Gabinete do Ministro da Educação e Cul-  
DATA : 19 de abril de 1968 tu  
ASSUNTO : Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
REF. :

---

I - DADOS CONHECIDOS

1.1 O Ministro da Educação e Cultura, através da Portaria nº 259, de 20.04.67, determinou a instauração de inquérito para apurar atividades subversivas da Universidade Federal do RGN.

1.2 Os autos desse inquérito foram remetidos ao MEC com o ofício nº 307/64, da Reitoria Federal do RGN e indiciavam o [REDACTED]

II - DADOS SOLICITADOS

2.1. Resultado do inquérito no que se refere ao [REDACTED]

XXXXXXXXXXXX

**CONFIDENCIAL**

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA  
MANUTENÇÃO DO SIGILO E ATENDIMENTO  
DESTE DOCUMENTO (Art 62 Dec. 60 417/67  
Resolução do Conselho Sigilosos; 89 da Con.  
Câmara de 23 de Dec. 64 de 67

Este P.B. contém os nºs 34 e 117 de 3.10.64  
e 9.1167, resp.

O presente documento não pode constituir parte  
de processo (Dec. 60417/67).

**Quadro 6 – Ficha de Identificação: Pedido de Busca**

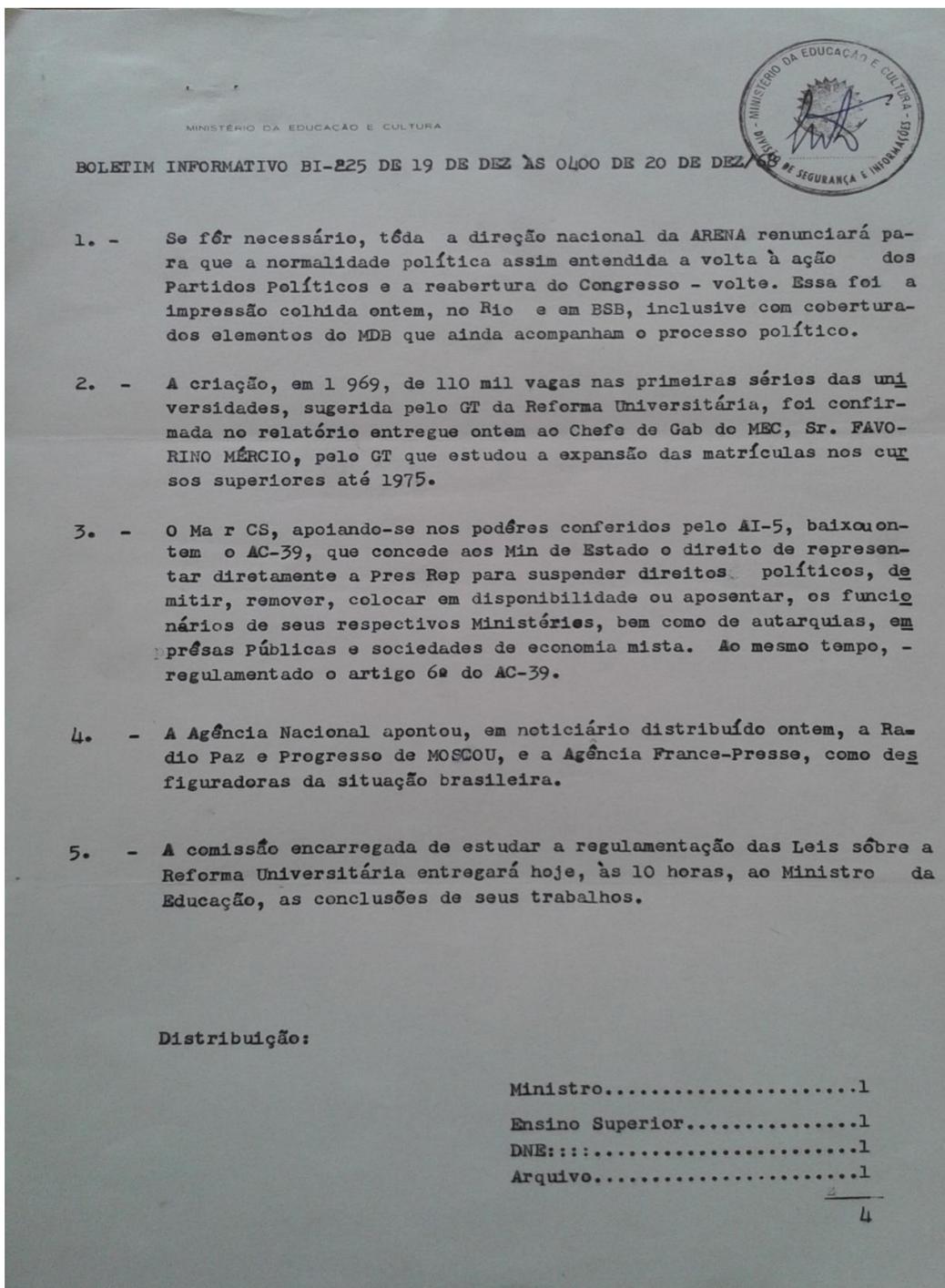
<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DOCUMENTAL Nº6</b>
<p><b>1. Tipo Documental:</b> Pedido de Busca</p> <p><b>1.1 Definição:</b> Pedido justificado de informações onde constam os dados já conhecidos e os dados solicitados.</p> <p><b>1.2 Caracteres Externos:</b>  <u>Gênero:</u> Textual  <u>Suporte:</u> Papel  <u>Formato:</u> Folha avulsa  <u>Forma:</u> Original</p>
<p><b>2. Código de Classificação:</b> 03.5.1.3</p>
<p><b>3. Entidade Produtora/Acumuladora:</b> Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC).</p> <p><u>Atribuição:</u> As DSI's eram órgãos complementares do Serviço Nacional de Informações (SNI) criado durante o regime militar e existiam em todos os ministérios civis.</p> <p><u>Subdivisões:</u> Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).</p>
<p><b>4. Atividade:</b> A DSI produzia informes sobre qualquer assunto que fosse de interesse do Regime Militar, respondendo tecnicamente ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e ao SNI. A DSI-MEC colhia informações sobre cidadãos em suas subdivisões nas Universidades, as ASI's e as enviava para os órgãos de repressão do regime formando assim, um enorme acervo sobre a vida funcional dos servidores públicos da época.</p>
<p><b>5. Destinatário:</b> Chefe do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura.</p>
<p><b>6. Legislação:</b> Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, Decreto 60.940 de 4 de junho de 1967, Decreto nº 61.341 de 13 de setembro de 1967, Decreto 62.803 de 3 de junho de 1968 e Decreto 60.417 de 11 de março de 1967, Art.62.</p>
<p><b>7. Tramitação:</b> DSI-MEC, Chefe do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura.</p>
<p><b>8. Documentos que acompanham o tipo documental:</b> Resposta ao Pedido de Busca nº137/DSI/MEC/68.</p>
<p><b>9. Ordenação:</b> Cronológica. Item nº 03.5.1.3/20.1.</p>
<p><b>10. Conteúdo:</b> Pedido de Busca onde a DSI-MEC expõe os dados já conhecidos e solicita o resultado do inquérito referente a um determinado assunto.</p>
<p><b>11. Vigência:</b> Para trâmite administrativo.</p>
<p><b>12. Prazos:</b> Guarda Permanente no AHRs.</p>

**Fonte: Barcella,2014.**

### 4.3.7 Tipo Documental nº7

Boletim Informativo emitido pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura, de periodicidade diária, constando informações de interesse do governo.

Figura 16 - Tipo Documental nº7



Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

**Quadro 7 – Ficha de Identificação: Boletim Informativo**

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DOCUMENTAL Nº7</b>
<p><b>1. Tipo Documental:</b> Boletim Informativo</p> <p><b>1.1 Definição:</b> Descrição noticiosa diária de informações e operações de interesse do governo.</p> <p><b>1.2 Caracteres Externos:</b> <u>Gênero:</u> Textual <u>Suporte:</u> Papel <u>Formato:</u> Folha avulsa <u>Forma:</u> Original</p>
<p><b>2. Código de Classificação:</b> 03.5.1.1</p>
<p><b>3. Entidade Produtora/Acumuladora:</b> Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC).</p> <p><u>Atribuição:</u> As DSI's eram órgãos complementares do Serviço Nacional de Informações (SNI) criado durante o regime militar e existiam em todos os ministérios civis.</p> <p><u>Subdivisões:</u> Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).</p>
<p><b>4. Atividade:</b> A DSI produzia informes sobre qualquer assunto que fosse de interesse do Regime Militar, respondendo tecnicamente ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e ao SNI. A DSI-MEC colhia informações sobre cidadãos em suas subdivisões nas Universidades, as ASI's e as enviava para os órgãos de repressão do regime formando assim, um enorme acervo sobre a vida funcional dos servidores públicos da época.</p>
<p><b>5. Destinatário:</b> Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura, Ensino Superior, DNE e Arquivo.</p>
<p><b>6. Legislação:</b> Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, Decreto 60.940 de 4 de junho de 1967, Decreto nº 61.341 de 13 de setembro de 1967, Decreto 62.803 de 3 de junho de 1968.</p>
<p><b>7. Tramitação:</b> DSI-MEC, MEC, DNE, Arquivo.</p>
<p><b>8. Documentos que acompanham o tipo documental:</b> Não foram encontrados documentos acompanhando o tipo documental.</p>
<p><b>9. Ordenação:</b> Cronológica.</p>
<p><b>10. Conteúdo:</b> Boletim Informativo expondo informações sobre o dia 19 de dezembro de 1968.</p>
<p><b>11. Vigência:</b> Para trâmite administrativo.</p>
<p><b>12. Prazos:</b> Guarda Permanente no AHRS.</p>

**Fonte: Barcella,2014.**

#### 4.3.8 Tipo Documental nº8

Ficha-Conceito emitida pelo Serviço Nacional de Segurança e Informação registrando de forma sucinta as informações referentes aos tópicos constantes no documento padrão. Via de regra são informações sobre algum cidadão/servidor público a fim de se tomar conhecimento sobre suas ligações políticas, ideologia, antecedentes criminais, entre outros.

Figura 17 - Tipo Documental nº8

**CONFIDENCIAL**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

03.5.5.2/03  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA - CONCEITO N.º 487 Data 28 / JUN 19 67

TÓPICOS	REGISTRO
Nome	[REDACTED]
Filiação	[REDACTED]
Função ou cargo atual	Prof de Sociologia da Universidade Católica de PE.
Funções ou cargos anteriores	Magistério.
Ligações políticas	Desconhecidas.
Ideologia	Demonstra tendências esquerdistas.
Capacidade profissional	B o a .
Inteligência	B o a .
Conceito profissional	B o m .
Conceito social	B o m .
Caráter	D u v i d o s o .
Antecedentes criminais	Não registra.
Outros dados	- Natural de Monteiro/Paraíba. - Nascido em 23/08/24.

Finalidade: .....

Informante: SNI/ARJ

Referência: Telex 1253 de 28 Jun 67.

Observação: Este documento deverá ser restituído ao S. N. I.

**CONFIDENCIAL**

Departamento de Imprensa Nacional - 22714

Fonte: AHRS – Fundo Tarso Dutra, 2014.

### Quadro 8 – Ficha de Identificação: Ficha-Conceito

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DOCUMENTAL Nº8</b>
<p><b>1. Tipo Documental:</b> Ficha-Conceito</p> <p><b>1.1 Definição:</b> Documento padronizado que registra sucintamente para fins específicos as informações solicitadas nos tópicos do documento.</p> <p><b>1.2 Caracteres Externos:</b>  <u>Gênero:</u> Textual  <u>Suporte:</u> Papel  <u>Formato:</u> Folha avulsa  <u>Forma:</u> Original</p>
<p><b>2. Código de Classificação:</b> 03.5.1.1</p>
<p><b>3. Entidade Produtora/Acumuladora:</b> Serviço Nacional de Informação (SNI).</p> <p><u>Atribuição:</u> Órgão da Presidência da República o qual para assuntos referentes à Segurança Nacional, também atuar em utilidade do Conselho de Segurança Nacional.</p> <p><u>Subdivisões:</u> Divisão de segurança e Informação (DSI), Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).</p>
<p><b>4. Atividade:</b> O SNI tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.</p>
<p><b>5. Destinatário:</b> Não pôde ser estabelecido.</p>
<p><b>6. Legislação:</b> Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964 e Decreto 60.417 de 11 de março de 1967, Art.62.</p>
<p><b>7. Tramitação:</b> Não pôde ser estabelecida.</p>
<p><b>8. Documentos que acompanham o tipo documental:</b> Não foram encontrados documentos acompanhando o tipo documental.</p>
<p><b>9. Ordenação:</b> Cronológica. Item nº 03.5.5.2/03.</p>
<p><b>10. Conteúdo:</b> Ficha-Conceito padrão constando informações como ligações políticas, ideologia e antecedentes criminais, sobre determinado servidor público.</p>
<p><b>11. Vigência:</b> Para trâmite administrativo.</p>
<p><b>12. Prazos:</b> Guarda Permanente no AHRs.</p>

**Fonte: Barcella, 2014.**

#### 4.3.9 Tipo Documental nº9

Informe de Inteligência do Serviço Nacional de Informações da Presidência da República discorrendo sobre o "Terrorismo Cultural" na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Figura 18 - Tipo Documental nº9

03.5.4.1143.2

**CONFIDENCIAL**  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº 755/SNI/AN/1968  
(ST.19.2 - 146)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
AGÊNCIA  
RIO DE JANEIRO  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Data : 21 Nov  
Assunto : Terrorismo Cultural  
Referência :  
Difusão : Ch do SNI

A exemplo do que vem ocorrendo nas Faculdades do Rio de Janeiro e de Brasília, com relação à pressão exercida por estudantes esquerdistas, - contra professores que se manifestam contrários aos movimentos subversivos, na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo, tem início o "Terrorismo Cultural".

O professor [REDACTED] (Ver dados de qualificação ao pé desta), incumbido pela Congregação daquela Faculdade, requereu a integração de posse do prédio que se encontrava em poder dos estudantes.

Por isso, desde o dia 2 Set p.p., quando se iniciaram as aulas, um grupo de estudantes liderados por [REDACTED] Presidente do Centro Acadêmico "XI de Agosto" e [REDACTED] vem dirigindo ameaças físicas e morais contra o referido professor, que se vê impossibilitado de ministrar aulas.

No dia 18 Set último quando deveria dar início à aula do 3º ano noturno, as manifestações quase chegaram à via de fato. Novamente, um grupo de estudantes orientados por [REDACTED], se postou na porta da sala de aula, portando cartazes ofensivos à honra do professor e impedindo a entrada dos alunos na classe. Quando o professor passava entre o referido grupo, foi ameaçado pelos manifestantes, que usavam os mais variados improperios.

Mesmo pressionado conseguiu entrar na sala de aula onde os mesmos manifestantes, através das janelas, novamente dirigiram improperios, impedindo que a aula fosse ministrada.

O professor solicitou a presença do Diretor e, na sua ausência, compareceu o vice-diretor, professor [REDACTED] que após confabular com os estudantes, convidou o professor [REDACTED] a retirar-se da sala de aula. O professor aquiesceu, solicitando que, em sua companhia, também saíssem os dois estudantes.

Quando se encontravam na sala dos professores, um estudante veio convidar o professor [REDACTED] para assistir à assembleia que se desenvolveria numa sala de aula, onde o professor [REDACTED] deveria dar aula.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL  
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO D'ESTE  
DOCUMENTO. (Art 62 - Dec. nº 60.417-17.  
Regulamento para Salvaguarda de Assuntos  
Sigilosos).

**CONFIDENCIAL**

**SNI/SI - Gab**  
PROCOLO  
N.º 3532  
Em 27-11-68

Fonte: AHRs – Fundo Tarso Dutra, 2014.

### Quadro 9 – Ficha de Identificação: Informe de Inteligência

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO DOCUMENTAL Nº9</b>
<p><b>1. Tipo Documental:</b> Informe de Inteligência</p> <p><b>1.1 Definição:</b> Elucidação dada à autoridade superior sobre algum fato, podendo conter depoimento de testemunhas.</p> <p><b>1.2 Caracteres Externos:</b> <u>Gênero:</u> Textual <u>Suporte:</u> Papel <u>Formato:</u> Folha avulsa <u>Forma:</u> Original</p>
<p><b>2. Código de Classificação:</b> 03.5.4.1</p>
<p><b>3. Entidade Produtora/Acumuladora:</b> Serviço Nacional de Informação (SNI).</p> <p><u>Atribuição:</u> Órgão da Presidência da República o qual para assuntos referentes à Segurança Nacional, também atuará em utilidade do Conselho de Segurança Nacional.</p> <p><u>Subdivisões:</u> Divisão de segurança e Informação (DSI), Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).</p>
<p><b>4. Atividade:</b> O SNI tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.</p>
<p><b>5. Destinatário:</b> Não pôde ser estabelecido.</p>
<p><b>6. Legislação:</b> Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964, Ato complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968 e Decreto 60.417 de 11 de março de 1967, Art.62.</p>
<p><b>7. Tramitação:</b> Não pôde ser estabelecida.</p>
<p><b>8. Documentos que acompanham o tipo documental:</b> Continuação da Informação nº755/SNI/ARJ/1968.</p>
<p><b>9. Ordenação:</b> Cronológica. Item nº 03.5.5.4.1/13.2.</p>
<p><b>10. Conteúdo:</b> Informação emitida pelo SNI relatando a pressão feita por estudantes esquerdistas contra professores contrários ao movimento subversivo na USP.</p>
<p><b>11. Vigência:</b> Para trâmite administrativo.</p>
<p><b>12. Prazos:</b> Guarda Permanente no AHRS.</p>

**Fonte: Barcella,2014.**

#### 4.4 Modelo base de glossário de tipologias específicas de documentos repressivos

O modelo base de glossário de tipologias documentais específico para acervos vinculados à repressão é apresentado como um instrumento arquivístico a fim de auxiliar na estruturação de fundos documentais de teor repressivo e elaboração do quadro de arranjo, possibilitando a padronização da descrição arquivística, permitindo assim a elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem o acesso aos documentos.

#### Quadro 10 – Modelo base de glossário de tipologias específicas de documentos repressivos

TIPO DOCUMENTAL	DEFINIÇÃO
<b>AVISO RESERVADO</b>	Notícia ou ordem enviada, destinada a uma pessoa ou coletividade. Na administração pública, refere-se a correspondência de algum ministro ou secretário de Estado a outras autoridades relativo a assuntos administrativos ou quando um ministro dá conhecimento de decisões administrativas.
<b>BOLETIM INFORMATIVO</b>	Descrição noticiosa diária de informações e operações de interesse do governo.
<b>FICHA-CONCEITO</b>	Documento padronizado que registra sucintamente para fins específicos as informações solicitadas nos tópicos do documento.
<b>INFORME DE INTELIGÊNCIA</b>	Elucidação dada à autoridade superior sobre algum fato, podendo conter depoimento de testemunhas.
<b>SOLICITAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO</b>	Pedido ou requerimento justificado de informações para tomada de decisões.
<b>PARECER FUNCIONAL</b>	É um meio de comunicação próprio do serviço público, de cunho confidencial. Forma padrão para troca de informações entre os órgãos do governo de modo oficial. Emite opinião técnica servindo de apoio para a tomada de decisão.
<b>PEDIDO DE BUSCA</b>	Pedido justificado de informações onde constam os dados já conhecidos e os dados solicitados.
<b>PRONTUÁRIO DE INTELIGÊNCIA</b>	Ficha de registro de informações dos diversos órgãos repressivos sobre determinado cidadão/servidor público.
<b>RELAÇÃO NOMINAL</b>	Rol de nomes reunidos com finalidade específica.

Fonte: Barcella,2014.

## 5 CONCLUSÃO

A subsérie Terrorismo de Estado é composta por documentos de extrema relevância para o estudo da ditadura civil-militar no Brasil e o fundo a qual pertence, é considerado de interesse para a Defesa dos Direitos Humanos. Os documentos analisados são reveladores e proporcionaram um conhecimento em maior profundidade sobre o modo de ação dos órgãos de segurança e informação. O conteúdo dos documentos evidencia a prática de investigação e troca de informações entre órgãos públicos e os de segurança e informação. São informações sobre cidadãos/servidores públicos para finalidades como aproveitamento ou não em cargos públicos e suspensão de direitos políticos, tudo com o respaldo da lei.

O acesso a essa documentação trará informações tanto para preencher lacunas da história, quanto para o resgate da memória em relação às violações praticadas entre 1964 e 1985 no Brasil.

A documentação não é de interesse somente de historiadores, também pode abranger e congregar outras áreas do conhecimento, nas suas pesquisas e produções na temática das ditaduras, tais como: Ciências Sociais, Direito, Arquivologia, Jornalismo, Psicologia, entre outras, assim como é essencial a disponibilização de acervos de mesmo teor para o público em geral, levando em consideração aspectos pedagógicos e sociais do acesso promovendo o resgate da cidadania das gerações que vivenciaram o período da ditadura militar; a formação cultural de estudantes, professores e sociedade em geral, que não a vivenciou.

Cabe destacar a importância do estudo do contexto histórico em que se insere a documentação analisada, o conhecimento da estrutura orgânico-funcional da instituição e o entendimento das funções e atividades a fim de reconhecer as espécies documentais possibilitando a identificação e análise dos tipos documentais utilizados neste trabalho.

Observamos durante o desenvolvimento da análise diplomática que os documentos analisados, em sua maioria, não são compostos por todas as partes (Protocolo Inicial, Texto e Protocolo Final) assim como não seguem a sequência dos dados proposta por Bellotto (2002) no manual Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documentos de Arquivo. Porém, o fato não impede a análise diplomática, somente evidencia a particularidade dos documentos produzidos pelos

diversos órgãos públicos onde ainda não há uma política pública clara acerca da padronização da produção dos documentos públicos.

Concluimos, que os documentos analisados sob a perspectiva da diplomática, são autênticos. A atribuição de autenticidade, objetivo precípua da Diplomática, é importante para a informação registrada, pois tal qualidade possibilita a comprovação de fatos e atos auxiliando no processo de pesquisa, trazendo maior credibilidade sobre o material pesquisado.

O estudo também permite concluir que a identificação e o estudo dos tipos documentais possibilitou um olhar mais amplo dos documentos gerados/acumulados durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Acreditamos que a elaboração do modelo base de glossário proposto neste trabalho, a partir da definição das tipologias dos documentos selecionados poderá contribuir para as atividades de arranjo, descrição, difusão e acesso de outros arquivos repressivo. A contribuição se dará através do auxílio que o modelo base de glossário trará ao arquivista no momento da estruturação de um fundo documental repressivo colaborando para a padronização da descrição arquivística dos documentos e auxiliando na elaboração de instrumentos de pesquisa facilitando dessa forma o acesso ao arquivo.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, os resultados são satisfatórios e permitiu o conhecimento dos documentos de teor repressivo pertencentes ao Fundo Tarso Dutra. Destacamos a importância da análise tipológica para a definição dos tipos documentais e compreensão do contexto de produção.

O modelo base de glossário de tipologias documentais específico para acervos vinculados à repressão elaborado neste trabalho não deve ser considerado um produto final. Ele é apenas um ponto de partida. A ideia é que ele possa ser utilizado apenas como base e que novos verbetes com a definição de outros tipos documentais sejam incorporados a esse instrumento. Proporcionando assim, subsídios para o auxílio na definição da estrutura de fundos documentais, servindo de base para os procedimentos de atividades de arranjo, descrição, difusão e acesso a arquivos repressivos.

Durante a pesquisa fizemos o resgate a uma parte da história brasileira através de bibliografia sobre o período ditatorial brasileiro, porém o elemento que enriqueceu o estudo foi encontrar no acervo do Fundo Tarso Dutra, os documentos cujo conteúdo corrobora os acontecimentos históricos. São documentos que por anos ficaram abandonados num sítio e que hoje estão prestes a serem

disponibilizados ao público garantindo o acesso à informação e preservação/resgate da memória.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo**. São Paulo : Arquivo Do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. Ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros,2008.

BERNARDES, Ieda; DELATORRE, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípides Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. e ampl. Santa Maria: Ed. Da UFSM,2008.

BRASIL.**Ato complementar nº39** de 20 de dezembro de 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ACP/acp-39-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-39-68.htm)>. Acesso em: 04 nov.2014.

\_\_\_\_\_.**Ato Institucional Nº 1** de 9 de abril de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 04 nov.2014.

\_\_\_\_\_.**Ato Institucional Nº 2** de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 04 nov.2014

\_\_\_\_\_.**Decreto 60.417** de 11 de março de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D60417.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60417.htm)>. Acesso em: 04 nov.2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 20 nov.2014.

\_\_\_\_\_.**Decreto nº 60.940** de 4 de Julho de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60940-4-julho-1967-402027-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04.nov.2014.

\_\_\_\_\_.**Decreto nº 61.341** de 13 de Setembro de 1967. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=192613>>. Acesso em: 04 nov.2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto 62.803** de 3 de junho de 1968. Disponível em: <[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=62803&tipo\\_norma=DEC&data=19680603&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=62803&tipo_norma=DEC&data=19680603&link=s)>. Acesso em: 04 nov.2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 200** de 25 de Fevereiro de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.341** de 13 de junho de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm)>. Acesso em: 04 nov.2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.464** de 9 de novembro de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm)>. Acesso em: 09 dez.2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 30 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2014.

CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth. Memórias de la represión. **Los archivos de la represión**: Documentos, memória y verdad. Siglo XXI de España editores, S.D, 2002.

CPDOC. **A trajetória política de João Goulart**. A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar. O golpe de 1964. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O\\_golpe\\_de\\_1964](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_golpe_de_1964)>. Acesso em: 12 set.2014.

CPDOC. **TARSO, Dutra. Verbete**. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 2001.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOULART, Silvana. **Patrimônio Documental e historia institucional**. São Paulo AARSP. 2002

HERÉDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General**: Teoria y Practica. Sevilla, 5ª edição, 1991.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Indivíduo, memória e resíduo histórico**: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1997, v. 10, n. 19, p.41-66. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2041/1180>>. Acesso em: 25 ago.2014.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. **A lógica da suspeição**: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura civil-militar no Brasil. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 27 ago.2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Os olhos do regime militar brasileiro nos campi**. As assessorias de segurança e informações das universidades. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi16/topoi16a2.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a2.pdf)>. Acesso em: 28 ago.2014.

PADRÓS, Enrique Serra. **História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/708/599>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A Educação Brasileira no Período de 1960 – 2000: de JK a FHC**. Disponível em:<<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/108>>. Acesso em: 25 ago.2014.

ROSA, Juliano de Melo da. **Nas vozes de um mesmo tempo**: A educação física institucionalizada no período da ditadura militar em Cacequi-RS. Disponível em: <[http://cascavel.ufsm.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=85](http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=85)>. Acesso em: 02 set. 2014.

ROUUSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Técnicas Descritivas de arquivos**. Córdoba, 1961.

\_\_\_\_\_. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. 2ed. Rio de Janeiro: FGV,2002.

TOLEDO, Caio de Navarro. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002)> . Acesso em: 12 set. 2014.

## ANEXO A – Quadro de Arranjo do Fundo Tarso Dutra

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	Nível
<b>01</b>	<b>DOCUMENTAÇÃO PESSOAL</b>	<b>SERIE</b>
01.1	<i>Certidões - Correspondência - Currículo Vitae - Diplomas e certificados -</i>	SUBSERIE
01.2	<i>Contratos</i>	SUBSERIE
01.3	<i>Nomeações</i>	SUBSERIE
<b>02</b>	<b>ATIVIDADES POLITICAS</b>	<b>SERIE</b>
02.1	<i>Deputado Estadual (1947 – 1950)</i>	SUBSERIE
02.2	<i>Deputado Federal (Períodos: 1º 1951 – 54 / 2º 1955 – 58 / 3º 1959 – 62 / 4º 1963 - 66 / 5º 1969 – 71)</i>	SUBSERIE
02.4	<i>Senador Biônico (1979 – 83)</i>	SUBSERIE
02.5	<i>Partidos Políticos</i>	
02.5.1	PSD	
02.5.2	ARENA	
02.5.3	PDS	
<b>03</b>	<b>MINISTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	<b>SERIE</b>
03.1	<i>Discursos</i>	SUBSERIE
03.1.1	No País	
03.1.2	No Exterior (OEA – ONU - UNESCO )	
03.2	<i>Relaciones Institucionais</i>	SUBSERIE
03.2.1	MEC/USAID	
03.2.2	OEA-ONU- UNESCO – Outros	
03.3	<i>Políticas Educacionais</i>	SUBSERIE
03.3.1	Legislação	
03.3.2	Ensino Superior	
03.3.2.1	Financiamento	
03.3.2.2	Docentes	
03.3.2.3	Estudo/Reformas	
03.3.3	Alfabetização Primário Ginásio Colegial e Técnico	
03.3.3.1	Financiamento	
03.3.3.2	Docentes	
03.3.3.3	Estudo/Reformas	
03.3.4	Programas /divulgação (a definir)	
03.4	<i>Políticas Culturais</i>	SUBSERIE
03.4.1	Financiamento	
03.4.2	Cinema	
03.4.3	Radio	
03.5	<i>Terrorismo de Estado</i>	SUBSERIE
03.5.1	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura	
03.5.1.1	Boletins informativos	
03.5.1.2	Pareceres funcionais	
03.5.1.3	Pedidos de busca/ Solicitações de investigação	
03.5.1.4	Prontuários	
03.5.1.5	Informes sobre Movimento Estudantil	
03.5.1.6	Informes sobre Instituições de Ensino	
03.5.1.7	Informes internos	
03.5.2	Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e Cultura	

03.5.2.1	Avisos	
03.5.2.2	Processos sumários	
03.5.3	Comissão de Investigação Sumária do Exército	
03.5.4	Conselho de Segurança Nacional	
03.5.5	Serviço Nacional de Informações	
03.5.5.1	Informes	
03.5.5.2	Fichas-conceito	
03.5.6	Comunidade de Informação e Segurança	
03.5.7	Instituições de Ensino	
03.5.8	Movimento Estudantil	
03.5.8.1	Assuntos Estudantis	
03.5.8.2	Atingidos pelo Decreto-Lei nº 477/69	
03.6	<i>Participação em Eventos</i>	SUBSERIE
03.7	<i>Promoção de eventos</i>	SUBSERIE
03.8	<i>"Solicitações/Pedidos"</i>	SUBSERIE
03.9	<i>Comunicação e Relações Públicas (Informes, relatórios, etc.)</i>	SUBSERIE
03.10	<i>Representação do MEC em outras instituições</i>	SUBSERIE
03.11	<i>Agradecimentos /outros</i>	SUBSERIE
03.12	<i>Relatórios de Atividades do MEC</i>	SUBSERIE
03.13	<i>Reformas Administrativas MEC</i>	SUBSERIE
03.14	<i>Informes e depoimentos do Ministro ao Congresso Nacional</i>	SUBSERIE
03.15	<i>Agenda administrativa – (pautas atividade de despacho)</i>	
<b>04</b>	<b>SENADOR ELEITO (1971 – 1978)</b>	<b>SERIE</b>
04.1	<i>Administração Gabinete</i>	Subserie
04.2	<i>Projetos / Atividade Parlamentar</i>	Subserie
04.3	<i>Representação Parlamentar</i>	Subserie
04.4	<i>Participação Comissões Parlamentares</i>	Subserie
04.5	<i>Participação /Representação organismos internacionais</i>	Subserie
04.6	<i>Discursos e Pronunciamentos</i>	Subserie
04.6.1	No País	
04.6.2	No Exterior	
04.7	<i>Subvenções /solicitação pedidos</i>	Subserie
04.7.1	Educação	
04.7.1.1	Bolsas de Estudo	
04.7.2	Saúde	
04.7.2.1	Hospitais/centros de saúde	
04.7.2.2	Laboratórios	
04.7.3	Assistência Social	
04.7.4	Associações Profissionais	
04.7.5	Atividades Festivas	
04.7.6	Entidades Culturais e religiosas	
04.7.7	Obras públicas	
04.8	<i>Favorecimento Político / Nomeações e indicações</i>	Subserie
04.9	<i>Violação Direitos Humanos/ Repressão Ditadura</i>	Subserie
04.10	<i>Homenagens / Honrarias</i>	Subserie
04.11	<i>Cartas de Agradecimento</i>	Subserie
04.12	<i>Agenda de viagens</i>	Subserie

<b>04.13</b>	<i>Convites participação eventos</i>	Subserie
<b>04.14</b>	<i>Recortes de Jornais</i>	Subserie
<b>04.15</b>	<i>Telegramas/Memos</i>	<b>Subserie</b>
<b>04.16</b>		
<b>05</b>	<b>ATIVIDADES PROFISSIONAIS</b>	SERIE
<b>06</b>	<b>PRODUÇÃO CIENTIFICA TECNICA LITERARIA</b>	SERIE
<b>07</b>	<b>COLEÇÕES</b>	SERIE